

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
NÍVEL MESTRADO**

**POLLIANNA BARROS MARQUES**

**EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL NAS PÁGINAS *WEB* DE  
PREFEITURAS DO TOCANTINS**

**São Leopoldo**

**2017**

POLLIANNA BARROS MARQUES

**EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL NAS PÁGINAS *WEB* DE  
PREFEITURAS DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
- UNISINOS como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

São Leopoldo

2017

M357e Marques, Pollianna Barros  
Evidenciação de capital intelectual nas páginas web  
de prefeituras do Tocantins / Pollianna Barros Marques. –  
2017.  
82 f. ; il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) --  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS,  
2017.  
Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer.

1. Contabilidade. 2. Capital intelectual. 3. Evidenciação.  
4. Setor público. I. Título. II. Kronbauer, Clóvis Antônio.  
CDU 657

POLLIANNA BARROS MARQUES

**EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL NAS PÁGINAS *WEB* DE  
PREFEITURAS DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis

Aprovado em 29 de novembro de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer – Orientador

---

Prof. Dra. Vanessa Martins Pires – UNISINOS (Membro Externo ao PPG)

---

Prof. Dr. Ernani Ott – UNISINOS

---

Prof. Dr. Francisco Antônio Mesquita Zanini – UNISINOS

Dedico este trabalho aos meus pais Paulo e Rosiane.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo direcionamento e inspiração durante todo esse processo de estudo.

Manifesto a minha sincera gratidão à Fundação Universidade Federal do Tocantins, Conselho Federal de Contabilidade, Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pela iniciativa e altíssimo nível do curso.

Agradeço à coordenação e aos professores do programa de pós-graduação em ciências contábeis da UNISINOS, pelos ensinamentos relevantes que me foram transmitidos, em especial ao Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer, por suas orientações no desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de turma pelo convívio, crescimento e pela pronta disposição em auxiliar-me nos momentos decisivos.

Agradecimentos as Irmãs Dominicanas em Palmas por terem me acolhido possibilitando que eu realizasse este estudo.

E a toda minha família pelo incentivo e apoio em todas as horas, especialmente meus pais e meu esposo, muito obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar as informações sobre capital intelectual evidenciadas nas páginas *WEB* de municípios do Estado do Tocantins. Mediante pesquisa documental, coletou-se os dados com base num instrumento de pesquisa composto de itens referentes aos componentes de capital intelectual: capital humano, capital estrutural e capital relacional, assim como as suas respectivas subcategorias. Os dados foram objeto de análise descritiva e testes estatísticos. Como resultado do estudo, pode-se mencionar: (a) a comparação de proporções revelou que o município de Gurupi apresentou maior evidenciação, com 81,25%, sendo que Palmas evidenciou 75% de capital intelectual; (b) comparando-se a proporção de evidenciação por item, constatou-se que o capital relacional apresentou uma proporção de 37,31%, seguida do capital estrutural (30,96%) e capital humano (5,68%) e (c) há relação entre as variáveis ambientais orçamento, receita corrente líquida e habitantes e o maior nível de evidenciação dos municípios. Considera-se, finalmente, que há espaço para uma maior evidenciação de capital intelectual pelas prefeituras, pois, além do compromisso com a transparência e a comunicação com os cidadãos, a evidenciação de informações poderá agregar valor aos municípios.

**Palavras-chave:** Capital intelectual. Evidenciação. Setor público.

## ABSTRACT

This research analyzes the information on intellectual capital evidenced in the web pages of the cities of Tocantins, through desk research, starting from a research composed of items related to the components of intellectual capital: human capital, structural capital and relational capital, as well as their respective subcategories. The information was subjected to descriptive analysis and statistical tests. The results of the study are: (a) the comparison of proportions revealed that the municipality of Gurupi presented greater evidence, with 81.25%, and that Palmas evidenced 75% of intellectual capital; (b) comparing the proportion of disclosure by item, it was found that the relational capital provided a proportion of 37,31%, followed by the structural capital (30,96%) and human capital (5,68%); (c) there is a relation between environmental variables budget, net chain revenue and population and the highest level of disclosure of the cities. Finally, it is concluded that there is room for more disclosure of intellectual capital by local governments; therefore, beyond the commitment to transparency and communication with citizens, the disclosure of information could add value to the municipalities.

**Key-words:** Intellectual capital. Disclosure. Public sector.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Componentes de capital intelectual .....	21
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixas de Índices de Evidenciação de Capital Intelectual .....	45
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Estudos sobre evidenciação de capital intelectual no setor público.....	24
Quadro 2 - Localização dos municípios por região .....	35
Quadro 3 - Categorias e subcategorias de capital intelectual para o setor público ...	38

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística Descritiva dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual	43
Tabela 2 - Faixas de Índices de Evidenciação de Capital Intelectual.....	44
Tabela 3 - Melhores Índices de Evidenciação de Capital Intelectual.....	45
Tabela 4 - Piores Índices de Evidenciação de Capital Intelectual .....	46
Tabela 5 - Evidenciação por categoria comparando a proporção de evidenciação ..	47
Tabela 6 - Evidenciação por Categorias de Capital Intelectual .....	47
Tabela 7 - Estatística descritiva dos IECI por Região Geográfica .....	49
Tabela 8 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Norte e Central do Tocantins .....	50
Tabela 9 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Norte e Sul do Tocantins.....	50
Tabela 10 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Centro e Sul do Tocantins .....	51
Tabela 11 - Estatística descritiva dos IECI por Ideologia Política.....	52
Tabela 12 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Centro (P2).....	53
Tabela 13 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Esquerda (P3) .....	54
Tabela 14 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Centro (P2) e Esquerda (P3).....	54
Tabela 15 - Estatística descritiva dos IECI Comparado com Características Socioeconômicas dos Municípios .....	55
Tabela 16 - Correlação dos IECI com Características Socioeconômicas dos Municípios .....	56
Tabela 17 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o número de habitantes (População) .....	57
Tabela 18 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o número de habitantes (População) <5 mil e >10 mil .....	58
Tabela 19 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o Orçamento.....	59
Tabela 20 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com Orçamento anual < R\$ 20 milhões > R\$ 40 milhões .....	60

Tabela 21 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e a Receita Corrente Líquida.....	61
Tabela 22 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e a Receita Corrente Líquida <20 >30 .....	62

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4 OBJETIVOS .....	16
<b>1.4.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>16</b>
<b>1.4.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>16</b>
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	16
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	17
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>19</b>
2.1 RECURSOS INTANGÍVEIS E CAPITAL INTELECTUAL .....	19
2.2 CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE CAPITAL INTELECTUAL.....	20
2.3 CAPITAL INTELECTUAL NO SETOR PÚBLICO.....	23
2.4 EVIDENCIAÇÃO .....	30
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>33</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	33
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	34
3.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA .....	36
3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	37
3.5 ANÁLISES DOS DADOS .....	40
<b>3.5.1 Técnicas de Tratamento dos Dados</b> .....	<b>40</b>
3.5.1.1 Estatística Descritiva .....	40
3.5.1.2 Teste de Hipóteses – Teste T .....	41
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>43</b>
4.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS INFORMAÇÕES SOBRE CAPITAL INTELECTUAL.....	43
4.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CAPITAL INTELECTUAL POR CATEGORIAS DE CAPITAL INTELECTUAL.....	46
4.3 ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL ASSOCIADO A ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS POR MEIO DE TESTE DE HIPÓTESES .....	48
<b>4.3.1 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparada com a Região Geográfica dos Municípios</b> .....	<b>48</b>

<b>4.3.2 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparado com a Ideologia Política dos Governos Municipais .....</b>	<b>52</b>
<b>4.3.3 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparado com Características Socioeconômicas dos Municípios .....</b>	<b>55</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A - EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL PELOS MUNICÍPIOS .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa, a delimitação do estudo, os objetivos, geral e específicos, a relevância do estudo e a estrutura da dissertação.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Com o passar do tempo, os intangíveis em geral e o capital intelectual em particular, tornaram-se elementos de grande importância nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem objetivos econômicos. Drucker (2011, p. 183) afirma que “no passado, as fontes de vantagem competitiva eram o trabalho e os recursos naturais, agora e no próximo século, a chave para construir a riqueza das nações é o conhecimento”. A partir deste pensamento, pode-se afirmar que a diferenciação no mundo corporativo é o capital intelectual, ou seja, a capacidade de gerar informação e conhecimento, e a conversão destes em desempenho eficiente, eficaz e efetivo. (NÖCKEL, 2013).

Este cenário também se faz presente na administração pública em geral, e no contexto das prefeituras municipais de forma mais particular. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram criados espaços significativos para a gestão das políticas sociais, o que exige do gestor competência e transparência na aplicação dos recursos governamentais, promovendo o *accountability*. (PRADO, 2004). Neste sentido, Schuh (2009, f. 11, grifo do autor) discorrendo sobre capital intelectual, afirma que “[...] é prudente que as organizações se preocupem em identificar os seus componentes, e que busquem formas de mensurá-lo e de evidenciá-lo em relatórios complementares, páginas da *WEB* ou outros meios eletrônicos”.

Com 139 municípios, o estado do Tocantins, criado em 1988, é a unidade federativa mais nova do Brasil. O Tocantins foi idealizado durante quase dois séculos pela população que habitava o norte do estado de Goiás. A criação do mais novo estado proporcionou um importante impulso ao desenvolvimento do centro-norte do país, numa região de economia predominantemente agropecuária. E “com excelente localização geográfica e em ritmo acelerado de crescimento, o Tocantins conta com grandes obras estruturantes, [...] que estão fazendo do Estado um centro

logístico de fundamental importância para o desenvolvimento do País”. (PORTAL TOCANTINS, 2017?).

Localizado na região norte, no centro do Brasil, o Tocantins faz fronteiras com os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará, e a população se concentra, em sua maioria, nas cidades cortadas pela rodovia Belém-Brasília, e são um importante meio de integração das regiões norte, nordeste e centro-oeste. O Tocantins possui “[...] distritos agroindustriais em franca expansão, instalados nas cidades-polo, [...] que contam com estrutura apropriada, incluindo energia elétrica, vias asfaltadas e redes de água, tornando-as adequadas para a instalação de diversos tipos de indústrias”. (PORTAL TOCANTINS, 2017?).

Os municípios tocaninenses atraem investidores nacionais e internacionais devido a instalação de grandes obras de infraestrutura, como a ferrovia Norte-Sul, a hidrovía Araguaia-Tocantins, o ecoporto Praia Norte, o terminal de cargas (Teca) do aeroporto de Palmas, a ampla malha asfáltica e as hidrelétricas que fornecem energia suficiente para abastecer o Estado e exportar seu excedente.

Como se percebe, as cidades do Tocantins encontram-se em constante progresso, sendo assim, a identificação e a evidenciação dos componentes do capital intelectual em suas prefeituras municipais complementam as políticas de divulgação obrigatórias, e se traduz numa forma de revelar os resultados das políticas sociais públicas na melhoria das condições dos cidadãos, expressas na agregação de valor intangível da coletividade.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando a evidenciação do capital intelectual como fator de agregação de valor às organizações e, por conseguinte, à atuação do setor público municipal no desenvolvimento econômico e social da comunidade, e a divulgação de dados e resultados como fator de transparência e credibilidade no trabalho do gestor, emerge a seguinte questão de pesquisa:

Quais informações sobre capital intelectual são evidenciadas nas páginas *WEB* de prefeituras do Estado do Tocantins?

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo aborda a questão da divulgação de informações acerca do capital intelectual por meio de portais eletrônicos dos municípios tocantinenses. Por consequência, informações divulgadas em outras vias estão fora deste estudo, assim como prefeituras pertencentes a outros estados.

Igualmente não é parte integrante desta pesquisa, verificar a veracidade dos dados contidos nas páginas *WEB*, permanecendo limitado à descrição e aos testes à acerca dos pressupostos estabelecidos, da mesma forma não é um estudo relacionado à mensuração do capital intelectual, mas se concentra na sua evidenciação.

### 1.4 OBJETIVOS

#### 1.4.1 Objetivo Geral

Descrever quais informações sobre o capital intelectual são evidenciadas nas páginas *WEB* de prefeituras do Estado do Tocantins.

#### 1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) identificar nos municípios pesquisados as informações evidenciadas sobre capital intelectual nas páginas *WEB*;
- b) verificar os itens de informações sobre capital intelectual preconizados na evidenciação das páginas *WEB*;
- c) avaliar variáveis externas que poderiam indicar a probabilidade e explicar a evidenciação de informações sobre o capital intelectual nas páginas *WEB* de prefeituras selecionadas no estudo.

### 1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Para Schmidt e Santos (2009), do cenário global resultam questões de como as entidades devem avaliar e evidenciar seus intangíveis, inclusive o capital

intelectual. O número de trabalhos realizados sobre o tema demonstra o interesse pelo mesmo, que é relacionado em pesquisas há mais de um século, e apesar desse esforço, não existe ainda um consenso de uma definição única aceita de maneira universal. Ressalta-se ainda, que “[...] o fato do interesse demonstrado por estudiosos da matéria, a variedade de opiniões emitidas e a extensão das discussões a respeito, indicam a existência de um problema real a ser solucionado e também o vasto campo a ser desbravado”. (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 2).

No contexto dos Municípios do Estado do Tocantins, a relevância está associada ao fato de que o trabalho também tem por finalidade analisar variáveis ambientais que poderiam indicar a probabilidade e explicar a evidenciação de informações sobre o capital intelectual nas páginas *WEB* de prefeituras selecionadas no estudo. Segundo Schuh (2009), os resultados de estudos no setor público podem ser proveitosos em próximas pesquisas sobre a evidenciação de informações por órgãos governamentais, como também para a questão relativa aos recursos intangíveis. Conjuntamente pode interessar à sociedade, tendo em vista a proposta de evidenciar a transparência das informações sobre recursos intangíveis nas prefeituras, que possibilita conhecer porção relevante da riqueza de um município.

Assim, o governo na necessidade de tomada de decisão, e o cidadão que tenha interesse em conhecer e participar da administração pública poderá valer-se dessas informações.

## 1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, consta a introdução, constituída dos subtítulos: contextualização e problema de pesquisa, objetivos compreendendo o objetivo geral e os específicos, a delimitação do estudo e a relevância do estudo.

O capítulo seguinte está dedicado a revisão de literatura, onde são tratados tópicos relacionados ao capital intelectual, evidenciação e informações eletrônicas, com enfoque voltado ao setor público.

No terceiro capítulo foi abordado o método de pesquisa, descrevendo-se os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração do estudo. São feitas considerações sobre o método utilizado, identificação do tipo de pesquisa quanto às finalidades ou objetivos gerais, a classificação da pesquisa, a população e a

amostra, a coleta, o tratamento e a análise dos dados e, por fim, elencadas as limitações impostas pelo método utilizado.

O quarto capítulo está dedicado à apresentação e análise dos resultados, sendo analisados os resultados encontrados no estudo. No quinto capítulo se apresenta a conclusão do estudo e as recomendações para futuros estudos, seguidas das referências e dos apêndices.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se as definições de capital intelectual e recursos intangíveis, identificando suas categorias e subcategorias, descrevendo-o também, no setor público, e faz-se uma breve descrição sobre evidenciação.

### 2.1 RECURSOS INTANGÍVEIS E CAPITAL INTELECTUAL

Schmidt e Santos (2009, p. 1) definindo recursos intangíveis, relatam que “existe uma preocupação cada vez maior por parte de profissionais e pesquisadores do mundo inteiro sobre o *gap* existente entre o valor econômico de uma entidade e seu valor contábil”. Os intangíveis compõem uma parte dos valores das instituições, sendo que em alguns setores esse valor pode ser muito maior do que inclusive o conjunto de tangíveis. “De acordo com o índice mundial de avaliações emitido pela Morgan Stanley, o valor das entidades cotadas na maioria das bolsas de valores do mundo é, em média, o dobro de seu valor contábil [...]”. (SCHMIDT; SANTOS, 2009, p. 1).

Ludícibus (2010) define os intangíveis como um ativo que não tem existência física. Um intangível segundo Hendriksen e Van Breda (2012), se define como algo que não pode ser tocado, que é incorpóreo. Para Yáñez (2012), a partir de uma perspectiva contábil, os ativos intangíveis são geralmente considerados ativos não-monetários, sem substância física. Nas observações de Gu e Lev (2003) os intangíveis são ativos sem matéria física, são bens cujo valor está ligado a inovação e práticas de recursos humanos.

Segundo Santos (2008), as pesquisas demonstram que ao passar dos anos mudou a forma de como a sociedade identifica o que proporciona valor. Inicialmente, o centro da atenção estava na terra e no trabalho, em seguida, foi agregado o capital e hoje o foco é no conhecimento, um recurso intangível que produz riqueza. Nöckel (2013) trata o capital intelectual como sendo o conhecimento que aprimora os processos, promove inovação em atendimento e serviços para gerar dessa forma os melhores resultados organizacionais.

O patrimônio de conhecimento, criatividade e inteligência de uma organização, o capital intelectual, é segundo Antunes e Martins (2002), um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às entidades. Maldonado (2013) afirma

que está na gestão do conhecimento o ponto de partida para o resultado do capital intelectual, que é considerado a variável usada para medir a soma do conhecimento organizacional de qualidade.

Ott (2012) afirma que o capital intelectual corresponde ao conhecimento, informação, propriedade intelectual e experiência, utilizados na geração de riqueza das organizações. De acordo com Santos (2008), a gestão do conhecimento passa a formar parte do capital intelectual das organizações e quanto mais se utiliza, mais capital intelectual será gerado.

Nesse sentido, Yáñez (2012) construindo uma definição de capital intelectual com base nos elementos identificados por Adriessens (2001), Bontis (1998), Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1999), Roos et al. (2001), Stewart (1998), Sveiby (2000) e Viedma (2001) caracteriza-o como fonte de geração de valor, reconhece que é o conhecimento que emana a partir da interação dos membros de uma organização, alinhado com a visão organizacional e suas principais atividades, gerando uma combinação de capacidades e compromissos que as tornam únicas e diferentes, que é a base de vantagens sustentáveis e competitivas, portanto, seu crescimento é permanente.

E dessa definição de capital intelectual, Yáñez (2012) traça os seguintes aspectos: embora seja imaterial, a sua presença é perceptível; é dinâmico e mutável; está relacionado com as atividades essenciais das organizações; o conhecimento uma vez explicitado deve ser difundido aos agentes apropriados dentro da organização; a organização deve zelar por um ambiente propício onde se possa gerar constantemente o capital intelectual.

O capital intelectual é um recurso intangível ilimitado, com maior importância na atualidade, e deste modo se torna essencial o entendimento de seus componentes e de suas categorias.

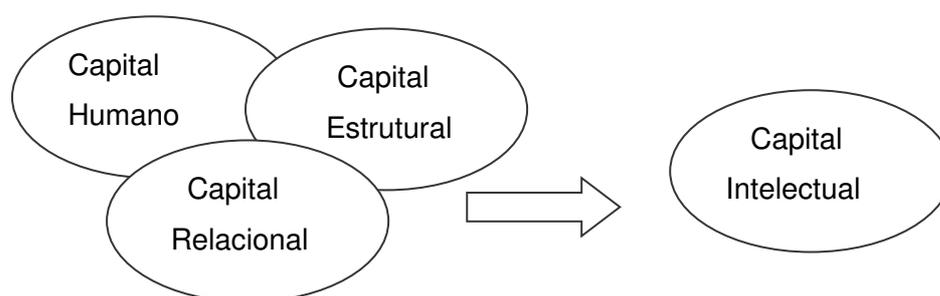
## 2.2 CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE CAPITAL INTELECTUAL

É possível localizar o capital intelectual das organizações basicamente em: Infraestrutura, Capital humano e Relacionamentos. (NÖCKEL, 2013). Para Maldonado (2013) existe consenso na literatura em identificar três categorias integrantes de capital intelectual: capital humano, capital estrutural e capital relacional. Esses três níveis interagem produzindo informações um para o outro, de

modo que todo o processo possa evoluir e se desenvolver, e possibilitar uma melhoria contínua, onde o valor das relações comerciais se torna cada vez mais forte, para gerar novas e melhores oportunidades de negócio. (MALDONADO, 2013).

Os componentes de capital intelectual estão demonstrados na Figura 1.

Figura 1 - Componentes de capital intelectual



Fonte: Elaborada pela autora.

Capital humano é o talento humano de uma organização, refere-se a pessoas, os grupos da organização, os seus conhecimentos, habilidades, princípios, valores, capacidades individuais, destrezas e experiências, estilos de liderar e comunicação. (EDVINSSON; MALONE, 1998). Nöckel (2013) define-o como a fonte principal do capital intelectual. É componente que gera inovações para a organização, e esse deve ser o ponto principal de todo trabalho de desenvolvimento de capital intelectual para as organizações.

Díaz e Prieto (2011) complementam que no item de capital humano é onde se requer uma gestão eficaz da capacidade de desempenho, por ser fonte de inovação e renovação estratégica das organizações. De acordo com Lynn (2000), é representado como *know-how*, capacidades, habilidades e especializações dos recursos humanos de uma organização. Trata-se de um dos recursos críticos no grupo de capital intelectual, já que o gerenciamento do capital humano frequentemente cria e sustenta a riqueza de uma organização.

Capital estrutural refere-se à infraestrutura que sustenta o capital humano, inclui fatores como qualidade e alcance dos sistemas de informação; fluxos de trabalho e de informação; cultura organizacional e as demais ideias que orientam a organização; visão, missão, valores estratégicos, políticas, regulamentos e

normativas. (BROOKING, 1996). Esse é o local responsável principalmente por armazenar, transformar e compartilhar o conhecimento produzido; são os sistemas de informação, laboratórios, sistema de transações inteligentes, transformando o *know-how* dos colaboradores em propriedade da organização de forma efetiva. (NÖCKEL, 2013).

O capital estrutural é a espinha dorsal que envolve a capacidade organizacional das instituições, incluindo o planejamento administrativo e sistemas de controles, processos, redes funcionais, políticas e até mesmo sua cultura, ou seja, tudo o que auxilia a organização a gerar valor. (LYNN, 2000). A apropriação do capital intelectual pode ser interpretada como um meio de capturar o conhecimento implícito do indivíduo, seus saberes, e torná-los explícitos na estrutura organizacional, tornando-o conhecimento socializado e/ou normatizado. (MALAVSKI; LIMA; COSTA, 2010).

O capital relacional compreende, segundo Núñez e Núñez (2005), o relacionamento com os usuários, fornecedores, bancos, administração pública e alianças estratégicas. Backes, Ott e Wiethaeuper (2005), descrevem-no como o valor da organização derivado de boas relações com seu ambiente externo, especialmente clientes e fornecedores, também fazem parte às colaborações e alianças com outras entidades e a sociedade e a imagem que a sociedade tem da organização.

Terra e Fraga (2004) definem o capital relacional como a soma de todos os recursos ligados às relações externas da empresa, consumidores, fornecedores, parceiros e investidores. Este capital envolve quaisquer das conexões que as pessoas de fora da organização têm com a mesma. (LYNN, 2000). Malavski, Lima e Costa (2010) acrescentam que diz respeito às conexões de uma organização com seus *stakeholders*, o que gera valor advindo da fidelidade, fatia do mercado, qualidade e dentre outros.

Para Nöckel (2013) é na força do relacionamento que a organização tem com seus *stakeholders* que a infraestrutura e o capital humano se transformam em resultados mensuráveis para a organização. Ainda segundo Ott (2012, p. 48), “a gestão do capital intelectual é específica em cada organização, considera-se, no entanto, de uma maneira geral, que o capital humano é o fundamento do capital estrutural, e que a interação destes permite a criação do capital relacional”.

As categorias e subcategorias de capital intelectual possuem algumas semelhanças nas diversas formas de organizações. Apesar das particularidades existentes entre a administração estatal e a privada os aspectos relacionados ao conceito de capital intelectual podem ser aplicados no setor público.

### 2.3 CAPITAL INTELECTUAL NO SETOR PÚBLICO

Nas últimas décadas a administração pública, no contexto brasileiro, incorporou mudanças significativas em sua sistemática de exteriorização da informação, devido ao preconizado na Constituição Federal de 1988 e nas legislações advindas da mesma. Como consequência tem-se a implantação de processos com a intenção de permitir aos gestores públicos o trabalho sob um ambiente de maior transparência.

Neste sentido, ganha relevância sob uma perspectiva da era do conhecimento, a evidenciação dos recursos intangíveis pelo setor público municipal, onde fatores como capital humano, capital estrutural e capital relacional estão entre os elementos de divulgação que possibilitam a análise de escolhas por parte do cidadão.

Schuh (2009) identifica que as organizações se encontram cada vez mais dependentes do fator recursos intangíveis para desenvolver suas atividades, seja na área privada ou pública, ressaltando a justificativa para a sua análise, avaliação e gestão. A abordagem de capital intelectual, no setor público, encontra-se em consolidação, sendo assim, necessita-se da busca de elementos que caracterizem a utilização de suas categorias.

No universo das organizações comerciais, pode-se considerar que houve avanço demonstrado em diversas pesquisas que comprovam a similaridade dos componentes apresentados e a sua evidenciação pelas empresas como, por exemplo, as publicações de Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Schmidt e Santos (2009), Stewart (1998), Sveiby (1998) e Viedma (2003). Na administração pública esse processo está em fase de desenvolvimento, talvez pelo que constata Schuh (2009), havendo dificuldades de aplicação do tema no setor público, uma vez que os modelos foram desenhados para organizações privadas.

Entretanto, mesmo com essa observação, destaca-se que em uma breve análise dos estudos é possível encontrar autores que trataram do tema capital

intelectual no setor público. Os resultados conclusivos sobre evidenciação de capital intelectual apresentados pelos estudos realizados no setor público são sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos sobre evidenciação de capital intelectual no setor público

(continua)

Autores	Foco da pesquisa	Principais resultados
Mello, Cohen e Oliveira (2003)	Capital intelectual em páginas <i>WEB</i> das Assembleias Legislativas do Brasil.	Há variação significativa entre a maior e menor nota atribuída. Os resultados regionais têm relação com desempenho sócio econômico de cada região.
Viedma (2003)	Modelo para medir capital intelectual de cidades.	Maior parte dos planos carece de coordenação e continuidade, que permitem a navegação desde a situação presente da cidade a uma visão futura da mesma.
Lock (2003)	Lei de Responsabilidade Fiscal e divulgação eletrônica.	Grande maioria das prefeituras não atende as exigências mínimas que a legislação prevê. Nenhuma prefeitura apresentou todos os relatórios previstos pela legislação. Não há diferença significativa das prefeituras dos centros maiores para as prefeituras pequenas na evidenciação via <i>internet</i> .
Queiroz (2003)	Perfil das informações sobre capital intelectual evidenciadas em páginas <i>WEB</i> de municípios espanhóis.	Poucas prefeituras informaram dados sobre capital humano. Apenas 18% evidenciaram informações sobre ingresso e gastos, comparações com orçamento, e nenhuma informou aspectos relacionados à auditoria das contas. Aspectos relacionados à história do município tiveram uma evidenciação de 92% da amostra. Responsabilidade social foi um item evidenciado por 75% dos municípios. Existe relação entre tamanho e riqueza do município com quantidade de serviços via <i>internet</i> .
Oliveira (2008)	Demonstrar a viabilidade em se reconhecer e gerenciar o capital intelectual do setor público.	Foram relacionadas as peculiaridades do setor público, em relação ao privado, dando ênfase aos aspectos que repercutem no capital intelectual. Apresentou-se o modelo estrutural dos componentes do capital intelectual no setor público, e ainda são organizadas e relacionadas sugestões para potencializar o capital intelectual do setor público.
Pinho (2008)	Investigação de portais de governos estaduais no Brasil, para detectar os movimentos do governo eletrônico que pretendem aprofundar a democracia por meio de processos digitais.	Foram investigados nove portais dos estados considerados mais desenvolvidos do país e do Distrito Federal. O modelo de análise contempla, por um lado, os aspectos mais tecnológicos dos portais e como estes disponibilizam informações para os cidadãos, de maneira a criar facilidades para as suas vidas. O outro aspecto refere-se à <i>accountability</i> e a participação popular, no sentido de verificar como os portais têm se constituído em um experimento de aprofundamento da democracia no Brasil e de realização de um novo tipo de sociedade: a digital. Os resultados não são animadores, convergindo com a experiência internacional, e são atribuídos à trajetória conservadora e autoritária do Estado no Brasil. Pondera-se, também, que todos esses processos, tanto do ponto de vista da absorção dos parâmetros da sociedade digital quanto do desenvolvimento da democracia, ainda estão em construção na sociedade brasileira.

(conclusão)

<b>Autores</b>	<b>Foco da pesquisa</b>	<b>Principais resultados</b>
Santana Junior; Libonati e Vasconcelos (2009)	Formulação de mecanismos de pesquisa e análise dos novos padrões de responsabilidade na gestão das contas públicas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.	Com base na pontuação levantada pelos métodos de investigação, podem ser estabelecidos 6 rankings, em ordem decrescente, para os 5 tipos de Poder/Órgão governamental analisados pela pesquisa e mais um para a posição consolidada dos entes governamentais (União, Estados/Distrito Federal e Municípios). Além da possibilidade de análise comparativa entre os Poderes/Órgãos congêneres, através da utilização da estatística descritiva, pode-se examinar os resultados, para cada tipo de instrumento de transparência fiscal eletrônica, em relação ao grau de aderência às exigências legais de divulgação das informações fiscais via <i>internet</i> .
Schuh (2009)	Analisar as informações sobre capital intelectual evidenciadas nas páginas <i>WEB</i> dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.	Partindo-se de um instrumento de pesquisa composto de itens referentes aos componentes de capital intelectual, assim como seus respectivos subitens. Além da pesquisa documental, utilizou-se de estatística descritiva na análise da evidenciação das variáveis, e considerou que há espaço para uma maior evidenciação de capital intelectual pelas prefeituras.
Campos, Paiva e Gomes (2013)	Compreender como o governo do Estado de Goiás trabalha para tornar a gestão pública mais transparente.	Foi investigado o portal de transparência do Estado de Goiás e os canais e fluxos de informações que o alimentam. Ainda que se tenham avanços, existe desinteresse dos órgãos e unidades do governo em disponibilizar informações no portal, principalmente as que não são exigidas por lei.
Silva (2013)	Avaliar o nível de aderência às exigências na evidenciação de informações requeridas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação em municípios mato-grossenses.	O nível de aderência da gestão pública municipal foi verificado a partir de índices de conformidade elaborados com base nos preceitos estabelecidos na LRF e LAI, totalizando 32 indicadores de informação. Os dados foram coletados nas <i>websites</i> dos municípios que compõem a amostra. Os resultados apontam para uma baixa aderência nos municípios pesquisados quanto à transparência na gestão.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Backes, Ott e Wiethaeuper (2005, p. 3), “o termo capital intelectual pode induzir a conclusões precipitadas sobre sua composição, uma vez que pode parecer que é composto unicamente de capital humano, por entender-se que o intelecto é peculiar ao mesmo”. Contudo, é necessário que o entendimento seja difundido sobre outros recursos que resultem do conhecimento. Edvinsson e Malone (1998) tornam evidente essa perspectiva quando estruturam o capital intelectual em três categorias: capital humano, capital estrutural e capital de clientes.

Queiroz (2003) apresenta em sua pesquisa um modelo de capital intelectual, que acrescenta a transparência ao grupo de intangível, aos elementos que são considerados tradicionais, por entender que na ausência de mercado disciplina a

atividade pública. Na mesma percepção, Silva (2013) mostra em seu trabalho, que normativos importantes foram instituídos na legislação brasileira, visando dentre outros objetivos, manter a transparência na gestão pública.

Para Oliveira (2008, p. 27), a administração pública tem distinção em relação ao setor privado, uma delas é o fato de o gestor público possuir menos liberdade para agir:

[...] a principal distinção entre os setores público e privado está na liberdade da ação administrativa. O princípio da legalidade, inserido no art. 37 da Constituição Federal de 1988, enseja a máxima de que o administrador público só pode agir mediante lei permissiva. No setor privado, a ação administrativa é sempre permitida, desde que não afronte lei existente no ordenamento jurídico. Essa grande distinção repercute, sem sombra de dúvidas, na forma como o administrador público age.

De acordo com Queiroz (2003), as particularidades estatais, que produzem reflexos na caracterização do capital intelectual no setor público são as seguintes:

- a) no setor público existe um menor estímulo à adoção de novas técnicas de gestão em relação ao setor privado, isso se deve ao baixo nível de competitividade;
- b) os objetivos são mais intangíveis do que no setor privado, onde costuma-se estabelecer metas quantitativas para volumes de produção, e os objetivos de médio e longo prazo podem ser quantificáveis em termos monetários. No setor público, os objetivos são mais difíceis de visualizar, até pelas frequentes mudanças no comando político;
- c) a responsabilidade social e ambiental é exigida ao máximo, sendo que as reivindicações de cunho social normalmente se iniciam no setor público;
- d) sendo sua atividade básica a prestação de serviço, os recursos tangíveis envolvidos no setor público é menor, os recursos humanos e os de conhecimento são elementos essenciais;
- e) menor margem de manobra do gerente, onde sua ação está condicionada à existência de lei permissiva, essas limitações tornam mais complexas a implantação dos conceitos de capital intelectual;
- f) no setor privado, existe uma pressão maior pela quantificação dos ativos intangíveis, até porque muitas empresas possuem ações negociadas em bolsa e é preciso reconhecer de onde vem a diferença entre o valor contábil da ação e o valor de mercado, no entanto, no setor público, não existe essa urgência;

- g) no setor público existe uma necessidade do público externo por informações.

O administrador público cuida do patrimônio dos cidadãos, sendo assim, se faz necessário e importante a divulgação de informações sobre o cumprimento das leis, a situação financeira, a execução orçamentária, os indicadores econômicos, sendo interessante também a divulgação dos esforços do setor público para otimização da racionalidade da organização interna, o desenvolvimento dos recursos humanos e os processos para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população. (OLIVEIRA, 2008).

A necessidade de reconhecer as particularidades do setor público, face às características do setor privado, está no foco das teorias existentes sobre ativos intangíveis e o capital intelectual. Queiroz (2003) relaciona aspectos comuns a esses setores:

- a) a medição de ativos intangíveis deve ser enfatizada como fator indispensável para um melhor processo de tomada de decisões;
- b) o capital humano é visto como o elemento mais importante do capital intelectual;
- c) o avanço na medição de intangíveis surge com as novas tecnologias de informação e comunicação, produzindo reflexos como economia de recursos e agilidade nos processos;
- d) é crescente a necessidade dos gestores e outros usuários de obterem informações de qualidade;
- e) o cliente (cidadão) é o elemento essencial para orientação das atividades da organização.

Queiroz (2003), almejando empregar o conceito de capital intelectual no setor público, produz algumas considerações com base em técnicas e modelos característicos do setor privado:

- a) o capital intelectual é a diferença entre valor contábil e valor de mercado das empresas, esse conceito pode ser aplicado a entidades sem fins lucrativos e ao setor público, pois os benefícios podem ser traduzidos em melhores serviços aos cidadãos;

- b) a demanda de indicadores de intangíveis surge da pressão dos interessados. No setor privado, os principais interessados são os investidores. No setor público, tem-se a sensação de que o cidadão exige pouco do administrador público. Contudo, o autor sustenta que, a partir do momento em que se oferecem mais informações e possibilidades de participação do cidadão, este passará a se manifestar com mais intensidade. Ressalta que a internet é uma importante ferramenta para viabilizar a divulgação de indicadores;
- c) argumentar que há maior imobilismo no setor público e que isso pode gerar menor expectativa quanto à necessidade de gerenciamento do capital intelectual, esbarra na ideia de que a nova gestão pública vem exigindo posturas mais ativas;
- d) os objetivos da entidade pública não podem mais ser alcançados com efetividade sem que sejam considerados intangíveis. Uma gestão profissional deve considerar a medição e o gerenciamento de ativos intangíveis, e isso sinaliza evolução gerencial e possibilita um alcance mais efetivo dos objetivos;
- e) a administração pública está também se adaptando às mudanças da era da informação e, com ela, a perspectiva de medição e gerenciamento do ativo intangível aumenta.

Com essas afirmativas, Queiroz (2003) demonstrou que os moldes e as práticas existentes para identificar o capital intelectual no setor privado tem possibilidade de serem empregados no setor público com algumas adaptações, considerando que o capital humano, o capital estrutural e o capital relacional são semelhantes nos dois setores.

Para Oliveira (2008), o capital humano abrange a competência dos servidores públicos, de inovar em soluções práticas para melhorar a eficiência das atividades da organização ao qual está vinculado. O capital humano é elevado quando há atualização dos conhecimentos profissionais, de maneira que contribua para formar experiência organizacional, capaz de provocar a criatividade dos funcionários na solução de problemas do órgão. Identifica-se a insuficiência do capital humano quando é verificada uma equipe técnica inerte, acomodada, desmotivada ou quando há constantes intervenções políticas nos processos organizacionais.

O capital estrutural pode ser identificado do mesmo modo que no ramo de atividades que não estão subordinadas ao Estado, por meio do grau de organização baseada na utilização de tecnologia da informação; pela constatação de sistemas de controle interno; pela qualidade dos serviços prestados; pela inovação em pesquisa e desenvolvimento; pela agilidade no trânsito dos processos internos e pelas práticas ambientais e de responsabilidade social, almejando evidenciar as formas análogas a coerência da arquitetura organizacional, em particular a adequação do sistema de execução da atividade pública. A identificação de sistemas informatizados auxiliando a tomada de decisão com mais rapidez e o acontecimento de renovações no processamento gerencial evidenciam um ponto elevado de ordenamento interno das organizações. “Do contrário, o excesso de burocracia, o atraso tecnológico, a lentidão e o imobilismo às mudanças tecnológicas ensejam baixo nível desse tipo de intangível”. (OLIVEIRA, 2008, p. 30).

O capital relacional envolve o desenvolvimento e a conservação de conexões positivas com o cidadão, através dos meios de comunicação, “[...] dos fornecedores e de outros governos, ou seja, relações positivas com todos os agentes externos que permeiam o ambiente da organização pública”. (OLIVEIRA, 2008, p. 31). Conexões ativas ocorrem no tempo em que a instituição adquire uma boa imagem perante a sociedade, quando se verifica responsabilidade através do cumprimento de legislações, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação. “A insuficiência é verificada quando existem escândalos e mesmo denúncias de desvios e desfalques públicos [...]”. (OLIVEIRA, 2008, p. 31).

O capital relacional também passa pela transparência da gestão pública, a fim de conceder ao cidadão informações da atuação governamental. A transparência dá lugar a melhoria da fiscalização dos atos públicos e torna possível ao cidadão tomar parte na gestão. A “[...] transparência diz respeito à abertura e compartilhamento de informações, que torna o público mais capaz de decidir e fazer as escolhas políticas, aumenta a *accountability* e reduz o âmbito da corrupção”. (CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013, p. 429). A transparência em um governo pode ser identificada quando se divulga frequentemente documentos que contêm informação e estes são acessíveis à população. Uma indicação consistente de transparência é a divulgação de informações na internet, por ser um meio muito utilizado pelos cidadãos. O inverso, “[...] as dificuldades em se obter a informação e o pouco uso de internet são indicativos de insuficiência de transparência”. (OLIVEIRA, 2008, p. 31).

Considerando a fundamentação organizada com a revisão de literatura, identifica-se que há viabilidade em adaptar as formas de evidenciação do capital intelectual do setor privado para o público, constituindo afirmativas para promover o desenvolvimento do mesmo. Nesse sentido, a evidenciação de capital intelectual nas páginas *WEB* das prefeituras pode constituir uma base importante na tomada de decisão e ajudar governos locais à melhor gerirem os desafios cada dia mais exigentes da sociedade da informação.

## 2.4 EVIDENCIAÇÃO

A evidenciação é comumente citada por seu equivalente no idioma em inglês, o termo *disclosure*. A evidenciação, ou *disclosure*, consiste em informar determinada característica de um dado elemento ou grupo de elementos. (PACHECO, 2005). Segundo Quinteiro (2009) a evidenciação compreende a veiculação da informação, e que essa possa ser divulgada mediante algum meio. A evidenciação está ligada aos objetivos das ciências contábeis, uma vez que tem a função de garantir o suprimento de informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

O termo evidenciação é limitado ainda quando se refere às informações não contidas nas próprias demonstrações contábeis. De modo geral, a divulgação, em seu sentido mais estrito, trata de itens como a discussão de uma série de fatores, capacidade produtiva, ociosidade de colaboradores e outros. (TRACY, 2000). Pacheco (2005) afirma ser importante mencionar a necessidade de que haja pelas entidades uma ampla divulgação das informações financeiras e não financeiras para que os usuários possam usufruir melhor o conhecimento destas nas tomadas de decisão. De acordo com Ludícibus (2010) a ciência contábil deve evidenciar o que for necessário aos seus usuários, que mostre a verdadeira situação da entidade não somente pelos seus balanços e demonstrações, mas, também, por meio de outras informações que reforcem a real condição da organização.

Expressões são identificadas pelo uso nas organizações, referente à quantidade de evidenciação. “São citadas a evidenciação adequada (*adequate disclosure*), evidenciação justa (*fair disclosure*), e outros ainda em evidenciação plena de informações (*full disclosure*)”. (QUINTEIRO, 2009, f. 30). Para Nossa (2002, f. 179), “o tipo de disclosure pode ser definido como a maneira pela qual a

informação é apresentada [...]”. Nossa (2002) identifica que as caracterizações de disclosure podem assim ser analisadas:

- a) nula: não há informação demonstrada para aquele grupo;
- b) declarativa: há somente informação qualitativa demonstrada e comunicada em modos restritamente descritivos;
- c) quantitativa não monetária: a informação quantitativa é demonstrada e comunicada em números de essência não financeira;
- d) quantitativa monetária: a informação quantitativa é demonstrada e comunicada em números de essência financeira;
- e) quantitativa monetária e não monetária: a informação quantitativa é demonstrada e comunicada em números de essência financeira e não financeira.

No que tange à evidenciação das informações quantitativas, vários critérios têm sido utilizados, como a representatividade percentual de um item sobre o lucro líquido, sobre a receita bruta ou sobre outro item qualquer da demonstração dos resultados. (PACHECO, 2005). Entretanto, Quinteiro (2009) relata que a informação qualitativa possui maior dificuldade em ser avaliada em relação à informação quantitativa, pois envolve, em sua maioria, julgamentos mais subjetivos.

Ludícibus (2010) explica que, embora a evidenciação se refira a todo conjunto das demonstrações contábeis, outras formas de realizar a evidenciação estão disponíveis. Conforme Slomski (2005), a sociedade tem convivido com o avanço dos meios de comunicação, associado à abertura de mercado, precedido de diversas transformações em quase todos os segmentos, entre os quais se pode incluir a administração pública. A internet tem realizado significativas mudanças no processo de comunicação, de modo que se incorporam recursos tecnológicos às formas das pessoas se comunicarem atualmente, permitindo que a distância geográfica se torne um conceito relativo. (CRUZ *et al.*, 2012).

A propagação desse recurso tecnológico, que no juízo de Oliveira e Martinez (2007) tem papel influente como meio de divulgação de informação e conhecimento em diversas áreas, além de acesso múltiplo e massivo, permite que o mesmo seja utilizado para difusão de informações relacionadas a administração pública. Diante dessa realidade, Silva e Magalhães Filho (2008) identificam que os códigos de boas práticas de governança sugerem as ações que se traduzem nesse contexto, e também têm apontado a internet como meio de comunicação com potencialidade de

disponibilizar informações de forma tempestiva e transparente aos diversos atores sociais.

Para Cruz *et al.* (2012) o município é o ente federativo mais próximo dos cidadãos e ao qual esses recorrem para suprir as principais demandas sociais, considerando que isso potencializa o interesse da coletividade por informações sobre a administração dos recursos públicos sob responsabilidade dos gestores municipais. O modelo de divulgação a ser utilizado pelas instituições estatais deve diferenciar-se pela abrangência dos itens relacionados, ao considerar não apenas relatórios fiscais e financeiros, mas também informações de natureza qualitativa que, em princípio, são mais facilmente compreendidas pelos cidadãos. (SCHUH, 2009).

A transparência consente intensidade na fiscalização dos atos do poder público, abranda as fraudes e possibilita a participação do cidadão na administração, e pode ser realizada em diferentes meios de comunicação, contudo, não se pode deixar de observar a *WEB* como um canal de influência significativa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve a metodologia adotada no desenvolvimento da pesquisa, abordando sua classificação, população e amostra. Para Demo (2013, p. 17), “Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa pode ser básica quando se pretende estender o conhecimento, sem uma maior atenção à provável beneficiação a ser gerada, e aplicada se voltada “[...] à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. (GIL, 2010, p. 27). Sob o ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa classifica-se como aplicada, porquanto objetiva verificar a evidenciação de informações sobre capital intelectual nas páginas *WEB* de municípios do Estado do Tocantins, identificando as subcategorias mais evidenciadas como, também, analisar a influência de variáveis externas que explicam a evidenciação de informações sobre capital intelectual.

Segundo Figueiredo e Sousa (2005), classificam-se as pesquisas em qualitativa e quantitativa, a primeira, motiva-se por esclarecimentos de deduções de influência recíproca dos participantes do processo, onde o pesquisador atua e interage, entende, esclarece e examina elementos originados do sentido das informações coletadas. Na segunda, “[...] há uma questão pontual que é a objetividade [...]” (FIGUEIREDO; SOUSA, 2005, p. 73), atribui-se a situações determinadas, diretas e calculáveis, firmadas a partir das ciências naturais ou sociais, caracteriza-se, em termo, pelo propósito de asseverar com exatidão os resultados, “[...] visto que aumenta a margem de segurança na comprovação das hipóteses ou do problema formulado [...]”. (FIGUEIREDO; SOUSA, 2005, p. 73).

A presente pesquisa é classificada como um estudo qualitativo e quantitativo. Na identificação e na análise das categorias e subcategorias de capital intelectual evidenciados, classifica-se como qualitativa, e o tratamento estatístico dos dados coletados, com o emprego das técnicas de análise de proporção e técnicas de estatística descritiva, compreendem uma abordagem quantitativa.

Para Hair Jr. *et al.* (2005, p. 86), as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas e causais. “Os planos de pesquisa descritiva em geral são estruturados e especificamente criados para medir as características descritivas em uma questão de pesquisa [...]”. Sendo assim, em relação aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois descreve a evidenciação das informações de capital intelectual nas páginas *WEB* de prefeituras.

Ainda, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se como documental digital, por ter como origem de dados informações sobre capital intelectual evidenciadas nas páginas *WEB* de prefeituras. Para Gil (2010, p. 30), “[...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados por autores com finalidades diversas [...]”.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A população, segundo Demo (2013), é a totalidade dos elementos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Nesse sentido, a população da pesquisa compreende todos os 139 municípios que integram a unidade federada do Tocantins.

A amostra, conforme Demo (2013) é parte de uma população que possa representá-la. Nesse contexto, o critério de escolha da amostra pesquisada não é probabilístico, mas intencional, visto que atende ao propósito da pesquisa, que é descrever a evidenciação de informações sobre o capital intelectual nas páginas *WEB* de prefeituras do Estado do Tocantins.

Para definição dos municípios que fazem parte da amostra analisada, inicialmente foi consultado na página *Web* do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (<http://www.tce.to.gov.br>), com a finalidade de constatar quais dos municípios do Estado do Tocantins possuía página eletrônica oficial da prefeitura do referido município com o nome da cidade e extensão “.to.gov.br”, sendo identificado que os 139 (cento e trinta e nove) municípios atendiam a esse requisito. A relação dos municípios encontra-se no apêndice deste estudo. Foi utilizado também o critério de páginas online. Este procedimento de busca das páginas eletrônicas das prefeituras ocorreu no mês de Maio de 2017.

Foram retirados da amostra inicial os municípios de Arapoema, Aurora do Tocantins, Axixá do Tocantins, Ipueiras, Maurilândia, por não ser possível acessar

os sites, ocasionando mensagens de erro na tentativa; Caseara e Colinas do Tocantins, pois os sites encontravam-se em manutenção.

Logo, a amostra ajustada é formada por 132 municípios do Estado do Tocantins, o que constitui 95% da população, compreendendo os municípios com páginas online, visto que o objeto de estudo são os municípios que divulgam via *website* informações sobre capital intelectual.

Os municípios que fazem parte da amostra encontram-se localizados nas seguintes regiões, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Localização dos municípios por região

(continua)

Municípios	Quantidade	Região
Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguañã, Araguatins, Augustinópolis, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carmolândia, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Filadélfia, Itaguatins, Luzinópolis, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Pau d'Arco, Piraquê, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis, Wanderlândia, Xambioá.	38	1-Norte
Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Campos Lindos, Centenário, Colméia, Couto de Magalhães, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goiatins, Guaraí, Itacajá, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Novo Acordo, Palmas, Pedro Afonso, Pequizeiro, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Presidente Kennedy, Recursolândia, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Maria do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins, Silvanópolis, Tocantínia, Tupirama, Tupiratins.	48	2-Centro

(conclusão)

Municípios	Quantidade	Região
Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Araguaçu, Arraias, Brejinho de Nazaré, Cariri do Tocantins, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Combinado, Conceição do Tocantins, Cristalândia, Crixás do Tocantins, Dianópolis, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Lagoa da Confusão, Lavandeira, Natividade, Nova Rosalândia, Novo Alegre, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Paranã, Peixe, Pindorama do Tocantins, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Pugmil, Rio da Conceição, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Talismã.	46	3-Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 3 identifica-se que 36% dos municípios estão concentrados na região 2-Centro, 35% dos municípios estão concentrados na região 3-Sul e 29% dos municípios estão concentrados na região 1-Norte.

### 3.3 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

No desenvolvimento deste estudo, partiu-se dos seguintes pressupostos de pesquisa:

- a) P1: Palmas é o município que mais evidencia informações de capital intelectual (pelo fato de ser a capital do Estado e deter a maior população);
- b) P2: Capital Relacional é o item mais evidenciado (por serem avaliados municípios que estão obrigados por legislação a divulgarem informações nas *websites*);
- c) P3: Os níveis de evidenciação do capital intelectual podem ser significativamente diferentes quando os municípios forem classificados de acordo com as seguintes características: região de localização, dimensão de área geográfica (km<sup>2</sup>), população (em mil habitantes), receita corrente

líquida anual (em milhões de R\$), PIB per capita (em R\$ mil), orçamento anual (em R\$ mil) e partido ou campo político.

### 3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram coletados nas páginas *WEB* das 132 prefeituras do Estado do Tocantins participantes do estudo. Esta coleta demandou 31 dias, estendeu-se de 1 a 31 de maio de 2017.

Posteriormente, organizou-se a coleta para o tratamento e análise de dados, criando itens de capital intelectual com base em Edvinsson e Malone (1998), Ott (2012) e Yáñez (2012). Estes itens se comparam às categorias utilizadas por Bardin (2014) nas análises de conteúdo, onde apresenta-se os critérios de uma análise, que são a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, identificando que o tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência, tendo como técnicas de análise a categorização, interpretação e informatização. Para Bardin (2014) os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias, que é a classificação e a agregação, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. No processo de escolhas de categorias adotam-se os critérios semântico, ligados à temas, sintático, que são verbos, adjetivos e pronomes; léxico, no sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo; e expressivo, seguindo variações na linguagem e na escrita, este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas nas etapas inventário e classificação, onde os elementos comuns são isolados, divididos e organizados. Sendo a pesquisa com enfoque na área pública, fundamentou-se nos trabalhos de Oliveira (2008), Queiroz (2003), Schuh (2009) e Silva (2013). Com base no referencial teórico, mais especificamente em Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1998), Oliveira (2008), Queiroz (2003), Schuh (2009) e Silva (2013), definiram-se subitens, que correspondem às subcategorias utilizadas em estudos que envolvem a técnica de análise de conteúdo.

Cabe ressaltar que aos subitens tratados pelos autores estudados foram acrescentados outros que melhor correspondem à área pública, pois se entende que os

mesmos têm características de criar ou agregar capital intelectual como, por exemplo, informações sobre sistema de controle interno, informações de execução orçamentária e financeira em tempo real e relatório de prestação de contas, obtidos em páginas *WEB* de municípios acessados durante a definição do instrumento de coleta de dados.

As categorias e subcategorias definidas, encontram-se expostas no Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias e subcategorias de capital intelectual para o setor público

(continua)

<b>Capital Humano</b>
1.1 Informações sobre treinamento/desenvolvimento/capacitação
1.2 Informações sobre incentivo a compartilhamento de conhecimento
1.3 Informações sobre incentivo a novas ideias
1.4 Informações sobre incentivo a educação dos servidores
1.5 Informações sobre incentivo a melhora da qualidade dos serviços públicos utilizando as habilidades dos servidores
1.6 Informações sobre avaliação de desempenho dos servidores
1.7 Informações sobre aplicação periódica de barômetros de satisfação dos servidores
1.8 Informações sobre concurso público
<b>Capital Estrutural</b>
2.1 Informações sobre investimento em estrutura
2.2 Informações sobre investimento em TI
2.3 Informações sobre qualidade dos serviços
2.4 Informações sobre inovação em pesquisa e desenvolvimento
2.5 Informações sobre arquitetura organizacional (agilidade no trânsito dos processos internos)
2.6 Informações sobre práticas ambientais
2.7 Informações sobre responsabilidade social
2.8 Informações sobre sistema de controle interno
<b>Capital Relacional</b>
3.1 Plano Plurianual (PPA) vigente
3.2 Plano Plurianual (PPA) anteriores
3.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente
3.4 Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) anteriores
3.5 Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente
3.6 Lei Orçamentária Anual (LOA) anteriores
3.7 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

<b>Capital Relacional</b>
3.8 Relatório de Gestão (RGF)
3.9 Versão simplificada RREO
3.10 Versão simplificada RGF
3.11 Relatório de Prestação de Contas
3.12 Parecer Prévio de Prestação de Contas
3.13 Incentivo à participação popular e audiências públicas no processo de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA
3.14 Informações de execução orçamentária e financeira em tempo real
3.15 Divulgação das datas das audiências públicas durante processo de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA
3.16 Divulgação das datas das audiências públicas quadrimestrais para avaliação das metas fiscais
3.17 Indicação clara de acesso à Lei de Acesso à Informação (LAI)
3.18 Indicação de meios para solicitação de informações
3.19 Criação do serviço de informação ao cidadão – SIC
3.20 Informações quanto às suas competências
3.21 Informações quanto à estrutura organizacional
3.22 Divulgação do endereço, telefones e horários de atendimento da(s) unidade(s)
3.23 Informações relativas aos repasses ou transferências de recursos
3.24 Informações sobre despesas realizadas
3.25 Informações sobre licitações, editais e resultados dos certames
3.26 Informações sobre contratos celebrados
3.27 Informações para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras
3.28 Disponibilidade de “respostas e perguntas” mais frequentes FAQ
3.29 Disponibilidade de ferramentas de pesquisa
3.30 Permissão para gravação de relatórios eletrônicos
3.31 Atualização das informações disponibilizadas
Disponibilidade de acesso às informações por pessoas com deficiência

Fonte: Adaptado de Schuh (2009, f. 46).

Definidas as categorias e subcategorias, fez-se a codificação dos dados evidenciados nas páginas *WEB* das prefeituras objeto de estudo, escolhendo-se como base seus respectivos códigos. Ressalta-se que na coleta considerou-se se a subcategoria foi ou não evidenciada, não tendo sido considerada a frequência com que cada subcategoria foi evidenciada, também não foi dado um peso diferenciado a cada subcategoria, neste caso, foram identificadas com a mesma relevância.

Na codificação das evidenciações em cada categoria não foi considerada apenas a identificação do termo correspondente à subcategoria, mas também a compreensão da pesquisadora na identificação dos dados evidenciados nas subcategorias correspondentes.

Foi considerado na codificação todo e qualquer tipo de evidenciação encontrado nas páginas *WEB*, seja em forma de texto, mensagem ou notícias, não importando a forma de como é dirigida a comunicação ao usuário.

Também, de acordo com o estudo de Kronbauer *et. al.* (2011), foram analisadas as variáveis externas (ambientais): Área (km<sup>2</sup>), População (em mil habitantes), Receita Corrente Líquida (em milhões de R\$), PIB per Capita (em R\$ mil) PIB por Km<sup>2</sup>, Orçamento (em R\$ mil) e Partido ou Campo Político.

### 3.5 ANÁLISES DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se as técnicas de tratamento de dados utilizadas no estudo, buscando identificar a evidenciação de informações sobre capital intelectual nos *Web* sites da amostra dos municípios tocantinenses.

#### 3.5.1 Técnicas de Tratamento dos Dados

Para conseguir alcançar os objetivos propostos neste estudo, considerando o volume de dados obtidos, utilizou-se para realizar o tratamento dos mesmos, planilhas do Microsoft® Office Excell 2013. A escolha do melhor instrumento ou técnica de análise de dados direciona-se aos objetivos que devem ser alcançados em cada tipo de pesquisa científica. Foram realizados testes para verificar a consistência dos dados e testar os pressupostos, o modelo e o ajuste do modelo. São apresentados neste capítulo os conceitos deste teste e de alguns termos estatísticos utilizados na pesquisa.

##### 3.5.1.1 Estatística Descritiva

Para Hair Jr. *et. al.* (2005), a estatística descritiva é uma técnica utilizada para caracterizar os dados da pesquisa e estabelecer relações entre as variáveis. Em sua essência, a estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar,

apresentar e interpretar adequadamente conjuntos de dados, sejam eles numéricos ou não. Pode-se dizer que seu objetivo é o de apresentar informações sobre dados em análise para que se tenha maior compreensão dos fatos que os mesmos representam. “A estatística descritiva, como o próprio nome já diz, se preocupa em descrever os dados”. (GUEDES *et. al.*, [2005]).

A medida estatística de proporção foi utilizada para atender ao primeiro objetivo específico, isto é, identificar os municípios que mais evidenciam informações sobre capital intelectual, portanto esta medida permite uma comparação relativa entre os níveis de evidenciação de capital intelectual independente do número de evidenciação por categorias: a proporção de evidenciação encontrada em cada município da amostra dos 48 subitens analisados nas páginas *WEB*, ou seja, quantas subcategorias foram encontradas evidenciadas em relação ao total.

A média aritmética, que é uma medida de tendência central, foi utilizada para auxiliar no teste do terceiro pressuposto, que afirma que existe uma relação entre as variáveis socioeconômicas e o maior ou menor nível de evidenciação de informações sobre capital intelectual, na representação da variável binária que adota os valores 1 (um), quando a proporção de evidenciação do município é maior que a média das proporções das evidenciações de todas as prefeituras, e 0 (zero) quando é menor. O desvio-padrão foi empregado na análise para testar o primeiro pressuposto.

### 3.5.1.2 Teste de Hipóteses – Teste T

Os testes de hipóteses constituem uma forma de inferência estatística. Hipóteses são afirmações sobre parâmetros populacionais e são testadas para ver se são consideradas verdadeiras ou não. O Teste T pode ser conduzido para:

- a) comparar uma amostra com uma população;
- b) comparar duas amostras pareadas;
- c) comparar duas amostras independentes;
- d) testes de diferença entre médias para grupos relacionados ou independentes.

Conforme Lock *et al.* (2017, p. 164), “um teste estatístico usa dados de uma amostra para avaliar uma afirmativa sobre uma população”. Unicaudal e bicaudal são termos diretamente ligados às hipóteses nula e alternativa. Usualmente, os

pesquisadores definem a hipótese nula como sendo médias iguais para as duas amostras. Caso a hipótese alternativa seja a média de uma amostra maior que a média da outra amostra, então temos um teste unicaudal. Caso a hipótese alternativa seja apenas médias diferentes, temos um teste bicaudal.

Um dos resultados do teste é o p-valor. Se o nível do teste for 5% dá evidências a favor da hipótese alternativa. Caso a hipótese nula seja a usual, médias iguais, p-valor abaixo de 0,05 dá indícios de que são diferentes, mas sempre em função da hipótese alternativa. “Esta é a essência de todos os testes estatísticos: determinar se os resultados de uma amostra são convincentes o bastante para nos permitir concluir algo sobre a população”. (LOCK *et al.*, 2017, p. 164)

Neste trabalho utilizou-se o Teste T para testes de diferenças entre médias, sendo que os municípios pesquisados foram organizados por características (variáveis), sempre separados pela média, ou por um conjunto de grupos extremos, para então testar se as médias de evidenciação do Capital Intelectual eram distintas nestes grupos. Para facilitar as análises, estes critérios foram explicados a medida que os testes de hipóteses foram sendo realizados, o que ocorre na seção 4.3 do estudo.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a interpretação e a análise dos dados coletados nas páginas *WEB* das prefeituras, a qual está amparada em tabelas, gráficos e testes estatísticos. Na primeira seção apresenta-se a descrição geral de informações sobre capital intelectual; na segunda seção realiza-se a análise de evidenciação pelos municípios; na terceira seção apresenta-se o Índice de Evidenciação de Capital Intelectual associado a aspectos políticos, sociais e ambientais dos municípios por meio de testes de hipóteses, para explicar a evidenciação de capital intelectual dos municípios em suas páginas *WEB*.

### 4.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS INFORMAÇÕES SOBRE CAPITAL INTELECTUAL

Iniciando as análises de dados, cabe primeiramente descrever e analisar os dados gerais dos Índices de Evidenciação de Capital Intelectual, e que foram identificados a partir das páginas *web* dos municípios pesquisados.

Para atender a proposição inicial, e com base nos dados do Apêndice A, apresenta-se na Tabela 1 os dados de estatística descritiva dos Índices de Evidenciação de Capital Intelectual – IECI da amostra pesquisada, considerando níveis de evidenciação em relação a categorias de capital intelectual divulgados nas páginas *web* de prefeituras do Tocantins.

Tabela 1 - Estatística Descritiva dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual

Estatística Descritiva	Categorias Evidenciadas		
	Não	Sim	IECI
Média	33,13	14,87	0,3098
Erro padrão	0,64	0,64	0,0134
Mediana	33,50	14,50	0,3021
Moda	38,00	10,00	0,2083
Desvio padrão	7,36	7,36	0,1534
Variância da amostra	54,24	54,24	0,0235
Intervalo	38,00	38,00	0,7917
Mínimo	9,00	1,00	0,0208
Máximo	47,00	39,00	0,8125
Contagem	132,00	132,00	132,00

O conjunto de dados analisados consiste de informações dos 132 municípios da amostra. Na Tabela 1 são apresentadas as medidas de estatística descritiva referentes a evidenciação das categorias analisadas, ou seja, nas categorias de evidenciação, o termo “sim” significa as medidas descritivas das subcategorias encontradas nas páginas *WEB* das prefeituras e “não” significa as medidas descritivas das subcategorias não evidenciadas, totalizando as 48 variáveis que foram definidas no Quadro 3 do item 3.4 do método de pesquisa.

A observação desta tabela permite identificar que os municípios apresentam uma média de divulgação de informações de capital intelectual de 30,98%, que fica próxima a divulgação mediana igual a 30,21%. Pode-se notar que a divulgação mínima de informações sobre capital intelectual nos municípios da amostra é de 2,8%, quase oitenta pontos percentuais menor do que a divulgação máxima, com 81,25%. A medida de variação desvio padrão, revela que a evidenciação de categorias de capital intelectual nos sites da internet dos municípios da amostra difere significativamente, sendo possível notar a expressiva variabilidade nas evidenciações. Esta constatação revela que os municípios não possuem comportamentos homogêneos no que diz respeito a divulgações de informações sobre categorias de capital intelectual.

Seguindo nesta análise descritiva inicial, buscou-se resumir os dados do Apêndice A, organizando os Índices de Evidenciação de Capital Intelectual em 7 faixas, conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 - Faixas de Índices de Evidenciação de Capital Intelectual

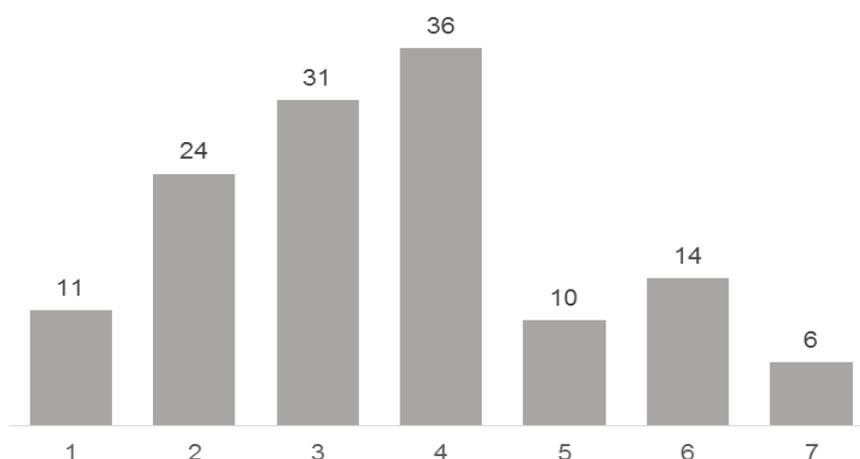
Faixas	IECI	Nº de Municípios	IECI Médio	
			Índice	%
1.	Até 0,10	11	0,0685	6,85
2.	De 0,10 até 0,20	24	0,1570	15,70
3.	De 0,20 até 0,30	31	0,2399	23,99
4.	De 0,30 até 0,40	36	0,3501	35,01
5.	De 0,40 até 0,50	10	0,4521	45,21
6.	De 0,50 até 0,60	14	0,5283	52,83
7.	Acima de 0,60	6	0,6771	67,71

Na Tabela 2, observa-se um total de 11 municípios com menor índice de evidenciação de capital intelectual, alcançando uma média de apenas 6,85%. Já, com maior índice de evidenciação de capital intelectual identificou-se apenas 6

municípios, com média de 67,71%. Dos municípios da amostra, 36 ficaram acima da média de evidenciação, alcançando média do Índice de Evidenciação de Capital Intelectual de 35,01%.

A representação gráfica dos dados da Tabela 2, se apresenta no gráfico que segue.

Gráfico 1 - Faixas de Índices de Evidenciação de Capital Intelectual



Na segunda faixa, com Índice de Evidenciação de Capital Intelectual entre 10% e 20%, identificam-se 24 municípios. Na terceira faixa, com Índice de Evidenciação de Capital Intelectual entre 20% e 30%, identifica-se 31 municípios. Na quinta faixa, com Índice de Evidenciação de Capital Intelectual entre 40% e 50%, identifica-se 10 municípios. Na sexta faixa, com Índice de Evidenciação de Capital Intelectual entre 50% e 60%, identifica-se 14 municípios.

A seguir apresenta-se as informações sobre os municípios com melhores e piores Índices de Evidenciação de Capital Intelectual, conforme as Tabelas 3 e 4:

Tabela 3 - Melhores Índices de Evidenciação de Capital Intelectual

Melhores índices de Evidenciação do Capital Intelectual		
Município	IECI	
	Índice	Percentual
Gurupi	0,8125	81,25
Palmas	0,7500	75,00
Santa Rosa do Tocantins	0,6458	64,58
Aparecida do Rio Negro	0,6250	62,50
Nova Rosalândia	0,6250	62,50
Nova Olinda	0,6042	60,42

O município de Gurupi apresentou maior evidenciação, com 81,25% das subcategorias, seguido de Palmas, que evidenciou 75% das subcategorias, e Santa Rosa do Tocantins, que apresentou 64,58% de evidenciação das subcategorias. Os municípios de Aparecida do Rio Negro e Nova Rosalândia apresentaram 62,50% das subcategorias, e Nova Olinda evidenciou 60,42% das subcategorias.

Os dados revelam que Palmas, capital do estado, em geral não apresenta o maior volume de evidenciação de capital intelectual, não se confirmando o primeiro pressuposto da pesquisa (P1).

Tabela 4 - Piores Índices de Evidenciação de Capital Intelectual

Piores índices de Evidenciação do Capital Intelectual		
Município	IECI	
	Índice	Percentual
Porto Alegre do Tocantins	0,0208	2,08
Praia Norte	0,0625	6,25
Taipas do Tocantins	0,0625	6,25
Araguatins	0,0833	8,33
Novo Alegre	0,0833	8,33
Rio Sono	0,0833	8,33
Sandolândia	0,0833	8,33

Com menor evidenciação de subcategorias apareceram os municípios de Porto Alegre do Tocantins com 2,08%, Taipas do Tocantins e Praia Norte com 6,25% e Araguatins, Novo Alegre, Rio Sono e Sandolândia com 8,33%.

#### 4.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CAPITAL INTELECTUAL POR CATEGORIAS DE CAPITAL INTELECTUAL

Para o atendimento do segundo objetivo específico, ou seja, verificar a evidenciação de capital intelectual pelas prefeituras por tipo de categoria, partiu-se do pressuposto de que a categoria Capital Relacional seria a mais evidenciada por se tratar de órgãos públicos, cuja legislação em vigor no país obriga-os a disponibilizar suas ações a todos os cidadãos, permitindo um maior acompanhamento e controle da gestão pública por meio de portais na internet.

A comparação da evidenciação por categoria é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 - Evidenciação por categoria comparando a proporção de evidenciação

Nº	Itens	Evidenciação		Total	Proporção Evidenciação
		Não	Sim		
1	Capital Humano	996	60	1056	0,0568
2	Capital Estrutural	729	327	1056	0,3097
3	Capital Relacional	2648	1576	4224	0,3731
	Total	4.373	1.963	6.336	

Na Tabela 5, a coluna “sim” significa o número de subcategorias que foram evidenciadas e a coluna “não”, o número de subcategorias que não foram encontradas nas páginas *WEB*.

Por ordem de maior evidenciação, observa-se que o item Capital Relacional apresenta a maior proporção (37,31%), seguido do Capital Estrutural (30,97%) e Capital Humano (5,68%).

A categoria Capital Relacional é distinta das demais, sendo a proporção igualmente superior às demais. Confirma-se o pressuposto 2 (P2), de que a categoria Capital Relacional é a mais evidenciada pelos municípios.

A Estatística Descritiva assim se apresenta:

Tabela 6 - Evidenciação por Categorias de Capital Intelectual

Estatística Descritiva	Evidenciação do Capital Intelectual			
	Humano	Estrutural	Relacional	IECI
Média	0,0568	0,3097	0,3731	0,3098
Erro padrão	0,0092	0,0229	0,0151	0,0134
Mediana	0,0000	0,3750	0,3438	0,3021
Moda	0,0000	0,0000	0,3438	0,2083
Desvio padrão	0,1052	0,2628	0,1730	0,1534
Variância da amostra	0,0111	0,0691	0,0299	0,0235
Intervalo	0,7500	1,0000	0,8750	0,7917
Mínimo	0,0000	0,0000	0,0313	0,0208
Máximo	0,7500	1,0000	0,9063	0,8125
Contagem	132,00	132,00	132,00	132,00

A observação desta tabela permite identificar que as Categorias de Capital Intelectual possuem média de divulgação de informações distintas, o Capital Humano apresentou 5,68%, o Capital Estrutural 30,97% e o Capital Relacional ficou com 37,31%, com a divulgação mediana igual a 0,00%, 37,50% e 34,38% respectivamente.

Pode-se notar que a divulgação mínima de informações sobre categorias de capital intelectual nos municípios da amostra é 0,00% para Capital Humano e Capital Estrutural, e de 3,13% para o Capital Relacional, quase oitenta e oito pontos percentuais menor do que a divulgação máxima para o Capital Relacional, com 90,63%. A medida de variação desvio padrão revela que a evidenciação das categorias de capital intelectual nos sites da internet dos municípios da amostra difere significativamente, sendo possível notar expressiva variabilidade nas evidenciações, o que quer dizer que os municípios não possuem comportamentos parecidos no que diz respeito a divulgações de informações sobre as categorias de capital intelectual.

#### 4.3 ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL ASSOCIADO A ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS POR MEIO DE TESTE DE HIPÓTESES

Nesta seção são apresentadas as análises nas quais são associados os Índices de Evidenciação do Capital Intelectual nos municípios de Tocantins, com aspectos relacionados a localização geográfica, linha política dos gestores e características socioeconômicas dos municípios.

##### **4.3.1 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparada com a Região Geográfica dos Municípios**

Apesar de haverem 8 (oito) regiões geográficas no estado do Tocantins, para esta análise dividiu-se os municípios estudados em 3 (três) regiões, a saber: Região 1, que compreende os municípios que ficam ao norte do estado; Região 2, formada

por municípios da faixa central do estado; e, Região 3, a qual engloba os municípios do sul do estado do Tocantins.

Inicialmente, na Tabela 7, são apresentadas as medidas de estatística descritiva, dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios tocantinenses, de acordo com sua área geográfica de Localização.

Tabela 7 - Estatística descritiva dos IECI por Região Geográfica

Estatística Descritiva	IECI R1	IECI R2	IECI R3
Média	0,2648	0,3080	0,3472
Erro padrão	0,0230	0,0246	0,0204
Mediana	0,2292	0,3125	0,3438
Moda	0,2292	0,3333	0,3542
Desvio padrão	0,1417	0,1670	0,1415
Variância da amostra	0,0201	0,0279	0,0200
Intervalo	0,5417	0,7917	0,6667
Mínimo	0,0625	0,0208	0,0833
Máximo	0,6042	0,8125	0,7500
Soma	10,0625	14,1667	16,6667
Contagem	38	46	48
Nível de confiança(95,0%)	0,0466	0,0496	0,0411
Legenda Regiões: R1: Norte R2: Centro R3: Sul			

Com base nos dados da Tabela 7, se observa que a região com melhor IECI médio, é a que engloba os municípios da região Sul do Tocantins. Já a Região Norte do estado apresentou o menor IECI médio, comparado ao das outras duas regiões. Cabe destacar que os municípios do Sul do Tocantins são limítrofes de estados do Centro-Oeste e do Nordeste brasileiros, enquanto que os no Norte do Tocantins são limítrofes de estados do Nordeste e do Norte brasileiros.

Contudo, não se pode afirmar que os Índices de Evidenciação do Capital Intelectual sejam distintos nestas três regiões, simplesmente por observar os valores das médias. Assim, para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas, realizou-se o teste de hipótese de diferença de média, por meio do Teste T de diferença de médias. Inicialmente, comparou-se os Índices médios da região Norte (R1), com os índices médios da região Central (R2), conforme dados da Tabela 8.

Tabela 8 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Norte e Central do Tocantins

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI R1	IECI R2
Média	0,2648	0,3080
Variância	0,0201	0,0279
Observações	38	46
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	82	
Stat t	-1,2815	
P(T<=t) uni-caudal	0,1018	
t crítico uni-caudal	1,2920	
P(T<=t) bi-caudal	0,2036	
t crítico bi-caudal	1,6636	
Significância: 0,10		

A partir dos dados da Tabela 8, se percebe que o IECI médio da região Norte do Tocantins é de 0,2648 (26,5%), enquanto que o da região central é de 0,3080. Mesmo com a diferença absoluta, a estatística T revela um T-crítico superior a T calculado, assim como um P-valor de 0,2036, atestando não haver diferença estatisticamente significativa entre as duas médias comparadas.

Assim, se percebe não haver diferença entre as médias dos IECI das regiões norte e central do Tocantins.

Na sequência, comparou-se o IECI médio da mesma região norte com o índice da região sul do Tocantins, conforme dados da Tabela 9.

Tabela 9 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Norte e Sul do Tocantins

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI R1	IECI R3
Média	0,2648	0,3472
Variância	0,0201	0,0200
Observações	38	48
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	79	
Stat t	-2,6802	
P(T<=t) uni-caudal	0,0045	
t crítico uni-caudal	1,2924	
P(T<=t) bi-caudal	0,0090	
t crítico bi-caudal	1,6644	
Significância: 0,10		

Na comparação entre os IECI médios do Norte e do Sul tocantinenses, percebe-se inicialmente uma significativa diferença entre as médias encontradas. Ao analisar especificamente o P-valor de 0,0090, se deduz que a probabilidade de igualdade de médias é inferior 1% e assim, pode-se afirmar que na Região Sul do Tocantins, o IECI médio nos municípios pesquisados é realmente superior à média registrada nos municípios da Região Norte. Afirma-se assim, o que já se havia observado quando da análise de estatística descritiva, a partir da Tabela 7.

Como já referido anteriormente, a localização dos municípios e seus limites territoriais podem estar influenciando a própria característica das gestões e melhorar os níveis de evidenciação do Capital Intelectual.

Concluindo esta subseção de análises, contrastou-se os IECI médios entre as regiões Central e Sul do estado, conforme dados da Tabela 10.

Com base nos dados da Tabela 10, se constata que os IECI médios nas regiões Central e Sul do Tocantins, apesar de serem numericamente distintos, não podem ser considerados diferentes. A não diferença entre médias se afirma pelas medidas do T estatístico e pelo P-valor de 0,2231, comprovando que os índices de Evidenciação do Capital Intelectual nestas duas regiões não são diferentes.

Tabela 10 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI da Região Centro e Sul do Tocantins

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI R2	IECI R3
Média	0,3080	0,3472
Variância	0,0279	0,0200
Observações	46	48
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	88	
Stat t	-1,2269	
P(T<=t) uni-caudal	0,1116	
t crítico uni-caudal	1,2912	
P(T<=t) bi-caudal	0,2231	
t crítico bi-caudal	1,6624	
Significância: 0,10		

Conclui-se assim, a análise nesta subseção. Na sequência, são apresentados os resultados dos testes de hipóteses de diferenças de médias de IECI, agrupando os municípios por grupos de partidos políticos, considerando a linha ideológica, ou seja: Partidos de direita, de Centro e de Esquerda.

#### 4.3.2 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparado com a Ideologia Política dos Governos Municipais

Dividiu-se os municípios estudados em 3 (três) grupos de partidos políticos, levando em consideração sua linha de atuação, isto é: Partidos de Direita P1, de Centro P2 e de Esquerda P3.

Na Tabela 11 são apresentadas as medidas de estatística descritiva, dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios tocantinenses, de acordo com a ideologia política dos governos municipais.

Tabela 11 - Estatística descritiva dos IECI por Ideologia Política

Estatística Descritiva	IECI P1	IECI P2	IECI P3
Média	0,2803	0,3192	0,3420
Erro padrão	0,0215	0,0183	0,0377
Mediana	0,2813	0,3125	0,2708
Moda	0,3542	0,3333	0,2292
Desvio padrão	0,1458	0,1444	0,1847
Variância da amostra	0,0213	0,0209	0,0341
Intervalo	0,5208	0,6250	0,6875
Mínimo	0,0625	0,0208	0,1250
Máximo	0,5833	0,6458	0,8125
Soma	12,8958	19,7917	8,2083
Contagem	46	62	24
Nível de confiança (95,0%)	0,0433	0,0367	0,0780
Legenda Partidos: P1: Direita P2: Centro P3: Esquerda			

De acordo com os dados da Tabela 11, é possível identificar que o melhor IECI médio é o que reúne os municípios com governos de ideologia política de Esquerda. Os municípios com governos de ideologia política de Direita apresentaram o menor IECI médio, comparado ao dos outros dois grupos.

Todavia, não se pode dar por certo a distinção dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual nestes três grupos, somente por examinar os valores das médias. Deste modo, para certificar se existem diferenças estatisticamente significativas, realizou-se o teste de hipótese de diferença de média, por meio do Teste T.

No momento inicial, comparou-se os Índices médios dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Centro (P2), conforme dados da Tabela 12.

A análise revela um T crítico acima de T calculado, bem como um P-valor de 0,1720, comprovando que não há diferença estatística entre as médias.

Tabela 12 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Centro (P2)

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI P1	IECI P2
Média	0,2803	0,3192
Variância	0,0213	0,0209
Observações	46	62
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	97	
Stat t	-1,3758	
P(T<=t) uni-caudal	0,0860	
t crítico uni-caudal	1,2903	
P(T<=t) bi-caudal	0,1720	
t crítico bi-caudal	1,6607	
Significância: 0,10		

Em seguida, comparou-se o IECI médio dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Esquerda (P3), conforme dados da Tabela 13.

Tabela 13 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Direita (P1) e Esquerda (P3)

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI P1	IECI P3
Média	0,2803	0,3420
Variância	0,0213	0,0341
Observações	46	24
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	38	
Stat t	-1,4210	
P(T<=t) uni-caudal	0,0817	
t crítico uni-caudal	1,3042	
P(T<=t) bi-caudal	0,1635	
t crítico bi-caudal	1,6860	
Significância: 0,10		

O exame da Tabela 13 identifica um T crítico acima de T calculado, bem como um P-valor de 0,1635, comprovando que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias.

Por fim, comparou-se o IECI médio dos municípios com governos de ideologia política de Centro (P2) e Esquerda (P3), conforme dados da Tabela 14.

Com fundamento nos dados da Tabela 14, constata-se que os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Centro e Esquerda, apesar de serem numericamente distintos, não podem ser considerados diferentes, onde o P-valor é 0,5902, confirmando que os Índices de Evidenciação do Capital Intelectual nestes dois grupos não são diferentes.

Tabela 14 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com governos de ideologia política de Centro (P2) e Esquerda (P3)

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI P2	IECI P3
Média	0,3192	0,3420
Variância	0,0209	0,0341
Observações	62	24
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	34	
Stat t	-0,5436	
P(T<=t) uni-caudal	0,2951	
t crítico uni-caudal	1,3070	
P(T<=t) bi-caudal	0,5902	
t crítico bi-caudal	1,6909	
Significância: 0,10		

Diante da análise, percebe-se que há grande semelhança entre os governos quanto à ideologia política, mesmo governos que a priori são de ideologia diversa não apresentaram distinção quanto a Evidenciação de Capital Intelectual nos municípios da amostra, ou seja, apesar de estarem em campos programáticos distintos, na prática não houve diferença.

Na próxima subseção são apresentados os resultados dos testes de hipóteses de diferenças de médias de IECI, comparado com características socioeconômicas dos municípios.

#### 4.3.3 Índice de Evidenciação do Capital Intelectual Comparado com Características Socioeconômicas dos Municípios

Na Tabela 15 são apresentadas as medidas de estatística descritiva dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios tocantinenses, comparado com Características Socioeconômicas.

Tabela 15 - Estatística descritiva dos IECI Comparado com Características Socioeconômicas dos Municípios

Estatística Descritiva	IECI	Pop. Hab/Mil	Área	Pib_CP	Orçam	RCL
Média	0,3130	9,8146	2,0384	14,5825	37,6616	27,6442
Erro padrão	0,0138	2,2413	0,2033	0,8065	11,1866	7,8327
Mediana	0,3125	4,5920	1,3731	11,8840	16,5109	13,0764
Moda	0,2083	3,7680	#N/D	11,3640	13,7500	#N/D
Desvio padrão	0,1541	25,0585	2,2727	9,0167	125,0705	87,5728
Variância da amostra	0,0237	627,93	5,17	81,30	15642,62	7668,99
Intervalo	0,7917	227,30	13,23	61,93	1306,56	905,27
Mínimo	0,0208	1,0370	0,1929	6,0290	9,5000	8,1573
Máximo	0,8125	228,3300	13,4234	67,9590	1316,0620	913,4282
Contagem	125	125	125	125	125	125

De acordo com os dados da Tabela 15, é possível identificar que a média das características socioeconômicas dos municípios estudados para habitantes, área, PIB, Orçamento e Receita Corrente Líquida, é 9,8146, 2,0384, 14,5825, 37,6616 e 27,6442, respectivamente. O maior município possui uma área de 13,4234, enquanto que o menor está com 0,1929. O máximo para Receita Corrente Líquida é

de 913,4282 e o mínimo 8,1573. O município com menor número de habitantes possui uma população de 1,0370, ao passo que a população maior é de 228,3300.

Observa-se também, que as características socioeconômicas dos municípios da amostra diferem significativamente, nota-se expressiva variabilidade nas informações, havendo um alto desvio padrão, o que indica que os pontos dos dados estão espalhados por uma ampla gama de valores.

Em seguida, realizou-se a Correlação dos Índices de Evidenciação de Capital Intelectual com as Características Socioeconômicas dos Municípios do estudo, conforme dados da Tabela 16.

Tabela 16 - Correlação dos IECI com Características Socioeconômicas dos Municípios

Correlação	IECI	Pop. Hab/Mil	Àrea	Pib_CP	Orçam	RCL
IECI	1					
Pop. Hab/Mil	0,2871	1				
Àrea	-0,0033	0,0954	1			
Pib_CP	0,1306	0,1093	0,2989	1		
Orçam	0,3071	0,9580	0,0601	0,1288	1	
RCL	0,3057	0,9666	0,0631	0,1286	0,9991	1

Na análise da Tabela 16, verifica-se que a correlação entre o Índice de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios tocantinenses com a Característica Socioeconômica de Habitantes é de 0,2871, o que indica que existe uma relação positiva moderada entre as variáveis. A correlação entre o IECI e o Orçamento é 0,3071 e entre IECI e a Receita Corrente Líquida é 0,3057. A relação entre estas variáveis é positiva, o que indica que, conforme o Orçamento e a Receita Corrente Líquida aumentam, o IECI aumenta.

A partir dos coeficientes de correlação mais significativos, identificados na Tabela 16, realizou-se os Testes de Hipóteses, buscando comprovar se os níveis de IECI são estatisticamente distintos, considerando as características correlacionadas.

Inicialmente, separou-se os níveis de IECI dos municípios a partir da média populacional de 9,81 mil habitantes, observou-se que da amostra pesquisada, 103 municípios possuem população inferior a esta média, enquanto que somente 22 municípios possuem população total superior a 9,81 mil habitantes.

A partir desta separação em dois grupos, na Tabela 17, procedeu-se o teste de diferença de médias entre os Índices de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios com o número de habitantes (População).

Observa-se que o IECI médio dos 103 municípios com menor número de habitantes é de 0,3006 (30,01%), enquanto que o dos municípios com maior número de habitantes é de 0,3712. Mesmo com a diferença absoluta, a estatística T revela um T-crítico superior a T calculado, assim como um P-valor de 0,1167, atestando não haver diferença estatisticamente significativa entre as duas médias comparadas.

Tabela 17 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o número de habitantes (População)

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI Pop -	IECI Pop +
Média	0,3006	0,3712
Variância	0,0203	0,0374
Observações	103	22
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	26	
Stat t	-1,6229	
P(T<=t) uni-caudal	0,0583	
t crítico uni-caudal	1,3150	
P(T<=t) bi-caudal	0,1167	
t crítico bi-caudal	1,7056	
Significância: 0,10		

Buscando melhorar as análises, dividiu-se os municípios pesquisados em dois grupos, ou seja, os municípios com população inferior a 5 mil habitantes e os municípios com população superior a 10 mil habitantes. Esta forma de divisão se justifica considerando que municípios com população de até 5 mil habitantes possuem menores exigências de transparência, tanto pela Lei Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, assim como pela Lei nº 12.527/2011 Lei de Acesso a Informação-LAI. Já os municípios com população acima de 10 mil habitantes possuem obrigatoriedade de cumprir todos os aspectos de divulgação

destas leis, e isto poderia influir também numa melhor evidenciação do Capital Intelectual.

Assim, na Tabela 18, pode-se observar o teste de hipótese de diferença de médias dos Índices de Evidenciação do Capital Intelectual - IECI dos municípios com População inferior a 5 mil e superior a 10 mil habitantes.

Tabela 18 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o número de habitantes (População) <5 mil e >10 mil

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI Pop <5	IECI Pop >10
Média	0,2935	0,3750
Variância	0,0231	0,0389
Observações	67	21
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	28	
Stat t	-1,7384	
P(T<=t) uni-caudal	0,0466	
t crítico uni-caudal	1,3125	
P(T<=t) bi-caudal	0,0931	
t crítico bi-caudal	1,7011	
Significância: 0,10		

Com base nos dados da Tabela 18, constata-se que o IECI médio dos municípios com população inferior de 5 mil habitantes é de 0,2935. Já nos municípios com população superior a 10 mil habitantes o IECI médio é de 0,3750 (37,50%).

Inicialmente, se observa uma diferença absoluta entre esta média, e se pode verificar que estatística T revela um T-crítico inferior a T calculado, assim como um P-valor de 0,0931, atestando haver diferença estatisticamente significativa entre as duas médias comparadas, num nível de significância inferior a 0,10. Assim sendo, pode-se afirmar, que num intervalo de confiança de 90%, a média de IECI nos

municípios mais populosos, é estatisticamente superior àquela dos municípios com população menor a 5 mil habitantes. Pode-se entender que os gestores dos municípios tocantinsenses mais populosos divulguem mais informações sobre o Capital Intelectual, do que aqueles dos municípios com menor população.

Seguindo nas análises, levando em consideração os coeficientes de correlação da Tabela 16, agrupou-se os municípios pesquisados segundo seu orçamento anual.

Considerando a média orçamentária de R\$ 37,66 milhões anuais, na amostra pesquisada há 110 municípios com orçamento inferior e 15 municípios com orçamento anual superior a média referida.

A partir deste agrupamento, comparou-se as médias de IECI em cada grupo de municípios, sendo que o teste de hipótese de diferença de médias está apresentado na Tabela 19.

Tabela 19 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e o Orçamento

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI Orç -	IECI Orç +
Média	0,3015	0,3972
Variância	0,0204	0,0427
Observações	110	15
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	16	
Stat t	-1,7383	
P(T<=t) uni-caudal	0,0507	
t crítico uni-caudal	1,3368	
P(T<=t) bi-caudal	0,1014	
t crítico bi-caudal	1,7459	
Significância: 0,10		

Na Tabela 19, se percebe que o IECI médio dos municípios com menor Orçamento é de 0,3015, enquanto que o dos municípios com maior Orçamento é de 0,3972 (39,72%). A princípio, a diferença absoluta parece significativa, mas pelos dados da estatística T se observa um T-crítico superior a T calculado, assim como

um P-valor de 0,1014, atestando que num nível de significância de 0,10 não se pode confirmar absolutamente a diferença entre as duas médias comparadas.

Contudo, para melhorar esta análise, separou-se os municípios da amostra em dois grupos extremos, ou seja, municípios com orçamento anual inferior a R\$ 20 milhões e municípios com orçamento anual superior a R\$ 40 milhões. A partir desta nova classificação, comparou-se o IECI médio em cada grupo de por meio do Teste T, para Hipóteses de diferença de médias, estando os resultados apresentados na Tabela 20.

Tabela 20 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios com Orçamento anual < R\$ 20 milhões > R\$ 40 milhões

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI Orç < 20	IECI Orç > 40
Média	0,3057	0,4167
Variância	0,0220	0,0461
Observações	80	13
Hipótese da diferença de média	0	
GI	14	
Stat t	-1,7951	
P(T<=t) uni-caudal	0,0471	
t crítico uni-caudal	1,3450	
P(T<=t) bi-caudal	0,0943	
t crítico bi-caudal	1,7613	
Significância: 0,10		

De acordo com a Tabela 20, constata-se que o IECI médio dos municípios com orçamento inferior a R\$ 20 milhões é de 0,3057, enquanto que nos municípios de orçamento superior a R\$ 40 milhões o Índice de Evidenciação do Capital Intelectual é de 0,4167 (41,67%). A diferença absoluta observada, também é estatisticamente significativa, pois havendo um T-crítico bicaudal inferior ao T calculado, assim como um P-valor de 0,0943, se afirma que há diferença entre as médias com significância inferior a 0,10.

A partir destes dados, pode-se afirmar que nos municípios tocantinenses que possuem maior orçamento anual, a evidenciação dos indicadores de capital

intelectual pode ser considerada superior a dos municípios com orçamento anual inferior. Esta constatação se mostra bastante lógica, dado que municípios com maior orçamento anual, ou seja, com melhores condições econômicas, podem empregar mais recursos para evidenciar informações em geral, o que pode incluir o Capital Intelectual.

Para concluir as análises realizadas nesta pesquisa, e ainda levado em consideração os coeficientes de correlação da Tabela 16, agrupou-se os municípios pesquisados segundo sua Receita Corrente Líquida Anual.

Considerando a média de RCL anual de R\$ 27,64 milhões anuais, na amostra pesquisada há 110 municípios com RCL anual inferior e 15 municípios com RCL anual superior a esta média. A destes dois grupos definidos, comparou-se as médias de IECI em cada grupo de municípios, sendo que o teste de hipótese de diferença de médias está apresentado na Tabela 21.

Tabela 21 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e a Receita Corrente Líquida

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI RCL -	IECI RCL +
Média	0,3002	0,4069
Variância	0,0205	0,0402
Observações	110	15
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	16	
Stat t	-1,99475	
P(T<=t) uni-caudal	0,03170	
t crítico uni-caudal	1,33676	
P(T<=t) bi-caudal	0,06339	
t crítico bi-caudal	1,74588	
Significância: 0,10		

Observando os dados da Tabela 21, percebe-se que o IECI médio dos municípios com menor Receita Corrente Líquida é de 0,3002, enquanto que o dos municípios com maior Receita Corrente Líquida é de 0,4069 (40,69%). Com base nos dados da estatística T, identifica-se um T-crítico bicaudal inferior ao T calculado, assim como um P-valor de 0,06339, atestando haver diferença estatisticamente significativa entre as duas médias comparadas, num nível de significância inferior a 0,10. Assim, pode-se afirmar que, nos municípios do estado do Tocantins que

possuem maior RCL anual, a evidenciação dos indicadores de capital intelectual pode ser considerada superior do que nos municípios com RCL anual inferior.

Esta constatação, assim como o que já se observou com relação ao orçamento anual, se mostra bastante lógica, dado que municípios com maior Receita Anual podem empregar mais recursos em seus sistemas de informação, e consequentemente evidenciar mais informações de Capital Intelectual.

Analogamente ao que se realizou com as características população e Orçamento Anual, separou-se os municípios da amostra em dois grupos extremos de valores de Receita Líquida Anual. Assim, se obteve um grupo de 99 municípios com RCL anual inferior a R\$ 20 milhões e 11 municípios com RCL anual superior a R\$ 30 milhões. A partir desta nova classificação, comparou-se o IECI médio em cada grupo de por meio do Teste T, para Hipóteses de diferença de médias, estando os resultados apresentados na Tabela 22.

Tabela 22 - Teste de hipótese de diferença de médias entre os IECI dos municípios e a Receita Corrente Líquida <20 >30

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes		
	IECI RCL <20	IECI RCL > 30
Média	0,3037	0,4242
Variância	0,0203	0,0541
Observações	99	11
Hipótese da diferença de média	0	
Gl	11	
Stat t	-1,6846	
P(T<=t) uni-caudal	0,0601	
t crítico uni-caudal	1,3634	
P(T<=t) bi-caudal	0,1202	
t crítico bi-caudal	1,7959	
Significância: 0,10		

De acordo com a Tabela 22, constata-se que o IECI médio dos municípios com Receita Corrente Líquida inferior a 20 milhões é de 0,3037, enquanto que nos 11 municípios com RCL superior a R\$ 30 milhões o índice é de 0,4242 (42,42%). Apesar desta diferença absoluta de médias mostra-se relevante, a estatística T revela um T-crítico bicaudal superior ao T calculado, assim como um P-valor de 0,1202, o que não permite afirmar que há diferença estatisticamente significativa entre as duas médias comparadas, no intervalo de confiança utilizado.

Mesmo assim, permanece a tendência de que nos municípios com maior receita, o nível de Evidenciação do Capital Intelectual se mostra maior.

Os dados revelam que há relação entre as variáveis ambientais orçamento, receita corrente líquida e habitantes e o maior nível de evidenciação de capital intelectual dos municípios da amostra, se confirmando o terceiro pressuposto da pesquisa (P3).

## 5 CONCLUSÃO

Por intermédio desta pesquisa, buscou-se investigar as informações relacionadas ao capital intelectual evidenciadas em páginas *WEB* de municípios do Estado do Tocantins.

Para tal, foram estabelecidas 48 subcategorias, distribuídas em 3 categorias examinadas nas páginas *WEB* de 132 municípios do Estado do Tocantins, partindo-se do pressuposto de que o município de Palmas teria o maior nível de evidenciação de informações relacionadas ao capital intelectual (P1); capital relacional seria o item mais evidenciado pelos municípios (P2); e variáveis ambientais poderiam explicar o nível de evidenciação de informações sobre capital intelectual (P3).

Entre os municípios da amostra que mais evidenciaram informações sobre capital intelectual em suas páginas *WEB*, sobressaem-se Gurupi, com um nível de 81,25% de evidenciação das subcategorias examinadas, seguido de Palmas, com 75%, rejeitando-se, assim, o Pressuposto 1 (P1) de que o município de Palmas teria uma maior proporção de evidenciação de informações relacionadas ao capital intelectual frente aos demais municípios. O resultado obtido é coerente com um dos resultados apurados por Schuh (2009), ao constatar que Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, não teve uma maior proporção de evidenciação de informações relacionadas ao capital intelectual, em relação aos demais municípios.

Referente ao item de capital intelectual mais evidenciado pelos municípios nas suas páginas *WEB*, o resultado aponta para uma proporção de evidenciação de 37,31% para o item capital relacional; 30,97% para capital estrutural e 5,68% referentes ao capital humano. Identificou-se também, que a proporção de evidenciação por categorias, resulta que o item capital relacional é distinto dos demais, confirmando-se o segundo pressuposto, e o capital humano foi menos evidenciado. O resultado alcançado é coeso com um dos resultados apurados por Queiroz (2003) e Schuh (2009), ao constatar que o capital humano é a categoria menos evidenciada na *WEB*.

O resultado identificado sobre as variáveis externas (ambientais), destinadas a explicar o nível de evidenciação de informações sobre capital intelectual nas páginas *WEB* das prefeituras da amostra, revelou que permanece a tendência de que nos municípios com maior “orçamento” e maior “receita corrente líquida”, o nível de Evidenciação do Capital Intelectual mostra-se maior. E pode-se afirmar que num

intervalo de confiança de 90%, a média do Índice de Evidenciação do Capital Intelectual nos municípios mais populosos, é estatisticamente superior àquela dos municípios com população menor a 5 mil habitantes, dando a entender que os gestores dos municípios tocantinenses mais populosos divulgam mais informações sobre o Capital Intelectual do que aqueles dos municípios com menor população. Portanto, estas três variáveis confirmam o terceiro pressuposto.

Os resultados do terceiro pressuposto desta pesquisa são coerentes com resultados apresentados nas pesquisas de Mello, Cohlen e Oliveira (2003), Queiroz (2003) e Schuh (2009), que apuraram a existência de relação entre variáveis externas regionais e o nível de evidenciação de informações relacionadas ao capital intelectual.

Em resumo, o estudo permite concluir acerca da rejeição do pressuposto 1 (P1) e confirmação dos pressupostos 2 e 3 (P2 e P3). Permite, também, considerar a necessidade de os municípios realizarem um maior esforço no sentido de divulgar em suas páginas *WEB* mais informações sobre capital intelectual, na medida em que possuem compromisso com a transparência e a comunicação com os cidadãos, tendo em vista a importância que vem sendo atribuída aos recursos intangíveis que podem agregar valor ao município.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Este estudo analisou o nível de evidenciação referente a informações sobre capital intelectual evidenciadas nas páginas *WEB* de prefeituras do Tocantins, considerando os itens de capital intelectual e respectivos subitens, bem como a relação da evidenciação com variáveis ambientais.

Como recomendações para futuras pesquisas, podem ser consideradas:

- Ampliar a amostra do estudo, abrangendo-se municípios de distintas regiões do Brasil;
- Direcionar a pesquisa em localidades específicas, possibilitando conclusões também específicas.

## REFERÊNCIAS

- ABREULÂNDIA. Prefeitura Municipal. Abreulândia, 2017. Disponível em: <[www.abreulandia.to.gov.br](http://www.abreulandia.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.
- AGUIARNÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Aguiarnópolis, 2017. Disponível em: <[www.aguiarnopolis.to.gov.br](http://www.aguiarnopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.
- ALIANÇA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Aliança do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.alianca.to.gov.br](http://www.alianca.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.
- ALMAS. Prefeitura Municipal. Almas, 2017. Disponível em: <[www.almas.to.gov.br](http://www.almas.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.
- ALVORADA. Prefeitura Municipal. Alvorada, 2017. Disponível em: <[www.alvorada.to.gov.br](http://www.alvorada.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.
- ANANÁS. Prefeitura Municipal. Ananás, 2017. Disponível em: <[www.ananas.to.gov.br](http://www.ananas.to.gov.br)>. Acesso em: 2 maio 2017.
- ANGICO. Prefeitura Municipal. Angico, 2017. Disponível em: <[www.angico.to.gov.br](http://www.angico.to.gov.br)>. Acesso em: 2 maio 2017.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n29/v13n29a03.pdf>>. Acesso em: 21 abril 2016.
- APARECIDA DO RIO NEGRO. Prefeitura Municipal. Aparecida do Rio Negro, 2017. Disponível em: <[www.aparecidadorionegro.to.gov.br](http://www.aparecidadorionegro.to.gov.br)>. Acesso em: 2 maio 2017.
- ARAGOMINAS. Prefeitura Municipal. Aragominas, 2017. Disponível em: <[www.aragominas.to.gov.br](http://www.aragominas.to.gov.br)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- ARAGUACEMA. Prefeitura Municipal. Araguacema, 2017. Disponível em: <[www.araguacema.to.gov.br](http://www.araguacema.to.gov.br)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- ARAGUAÇU. Prefeitura Municipal. Araguaçu, 2017. Disponível em: <[www.araguacu.to.gov.br](http://www.araguacu.to.gov.br)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- ARAGUAÍNA. Prefeitura Municipal. Araguaína, 2017. Disponível em: <[www.araguaina.to.gov.br](http://www.araguaina.to.gov.br)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- ARAGUANÃ. Prefeitura Municipal. Araguanã, 2017. Disponível em: <[www.araguana.to.gov.br](http://www.araguana.to.gov.br)>. Acesso em: 3 maio 2017.
- ARAGUATINS. Prefeitura Municipal. Araguatins, 2017. Disponível em: <[www.araguatins.to.gov.br](http://www.araguatins.to.gov.br)>. Acesso em: 4 maio 2017.
- ARAIAS. Prefeitura Municipal. Araias, 2017. Disponível em: <[www.araias.to.gov.br](http://www.araias.to.gov.br)>. Acesso em: 4 maio 2017.

AUGUSTINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Augustinópolis, 2017. Disponível em: <[www.augustinopolis.to.gov.br](http://www.augustinopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 4 maio 2017.

BABAÇULÂNDIA. Prefeitura Municipal. Babaçulândia, 2017. Disponível em: <[www.babaculandia.to.gov.br](http://www.babaculandia.to.gov.br)>. Acesso em: 4 maio 2017.

BACKES, Rosemary Gelatti; OTT, Ernani; WIETHAEUPER, Daniela. **Evidenciação do capital intelectual**: análise de conteúdo dos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2005/FIC/2005\\_FICA589.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/FIC/2005_FICA589.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2016. Trabalho apresentado no Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD).

BANDEIRANTES DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Bandeirantes do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.bandeirantes.to.gov.br](http://www.bandeirantes.to.gov.br)>. Acesso em: 5 maio 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2014.

BARRA DO OURO. Prefeitura Municipal. Barra do Ouro, 2017. Disponível em: <[www.barradoouro.to.gov.br](http://www.barradoouro.to.gov.br)>. Acesso em: 5 maio 2017.

BARROLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Barrolândia, 2017. Disponível em: <[www.barrolandia.to.gov.br](http://www.barrolandia.to.gov.br)>. Acesso em: 5 maio 2017.

BERNARDO SAYÃO. Prefeitura Municipal. Bernardo Sayão, 2017. Disponível em: <[www.bernardosayao.to.gov.br](http://www.bernardosayao.to.gov.br)>. Acesso em: 5 maio 2017.

BOM JESUS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Bom Jesus do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.bomjesus.to.gov.br](http://www.bomjesus.to.gov.br)>. Acesso em: 6 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 setembro 2016.

BRASILÂNDIA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Brasilândia do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.brasilandia.to.gov.br](http://www.brasilandia.to.gov.br)>. Acesso em: 6 maio 2017.

BREJINHO DE NAZARÉ. Prefeitura Municipal. Brejinho de Nazaré, 2017. Disponível em: <[www.brejhodenazare.to.gov.br](http://www.brejhodenazare.to.gov.br)>. Acesso em: 6 maio 2017.

BROOKING, Annie. **Intellectual capital**: core asset for the third millennium enterprise. London: International Thomson, 1996. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=yxUP5ezSBKkC&pg=PA14&lpg=PA13&focus=viewport&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 22 abril 2016.

BURITI DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Buriti do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.buriti.to.gov.br](http://www.buriti.to.gov.br)>. Acesso em: 6 maio 2017.

CACHOEIRINHA. Prefeitura Municipal. Cachoeirinha, 2017. Disponível em: <[www.cachoeirinha.to.gov.br](http://www.cachoeirinha.to.gov.br)>. Acesso em: 7 maio 2017.

CAMPOS LINDOS. Prefeitura Municipal. Campos Lindos, 2017. Disponível em: <[www.camposlindos.to.gov.br](http://www.camposlindos.to.gov.br)>. Acesso em: 7 maio 2017.

CAMPOS, Rosana; PAIVA, Denise; GOMES, Suely. Gestão da informação pública: um estudo sobre o portal transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 421-446, mai/ago. 2013. Documento em PDF.

CARIRI DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Cariri do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.cariri.to.gov.br](http://www.cariri.to.gov.br)>. Acesso em: 7 maio 2017.

CARMOLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Carmolândia, 2017. Disponível em: <[www.carmolandia.to.gov.br](http://www.carmolandia.to.gov.br)>. Acesso em: 7 maio 2017.

CARRASCO BONITO. Prefeitura Municipal. Carrasco Bonito, 2017. Disponível em: <[www.carrascobonito.to.gov.br](http://www.carrascobonito.to.gov.br)>. Acesso em: 8 maio 2017.

CENTENÁRIO. Prefeitura Municipal. Centenário, 2017. Disponível em: <[www.centenario.to.gov.br](http://www.centenario.to.gov.br)>. Acesso em: 8 maio 2017.

CHAPADA DA NATIVIDADE. Prefeitura Municipal. Chapada da Natividade, 2017. Disponível em: <[www.chapadadanatividade.to.gov.br](http://www.chapadadanatividade.to.gov.br)>. Acesso em: 8 maio 2017.

CHAPADA DE AREIA. Prefeitura Municipal. Chapada de Areia, 2017. Disponível em: <[www.chapadadeareia.to.gov.br](http://www.chapadadeareia.to.gov.br)>. Acesso em: 8 maio 2017.

COLMEIA. Prefeitura Municipal. Colmeia, 2017. Disponível em: <[www.colmeia.to.gov.br](http://www.colmeia.to.gov.br)>. Acesso em: 9 maio 2017.

COMBINADO. Prefeitura Municipal. Combinado, 2017. Disponível em: <[www.combinado.to.gov.br](http://www.combinado.to.gov.br)>. Acesso em: 9 maio 2017.

CONCEIÇÃO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Conceição do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.conceicaodotocantins.to.gov.br](http://www.conceicaodotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 9 maio 2017.

COUTO DE MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. Couto de Magalhães, 2017. Disponível em: <[www.coutodemagalhaes.to.gov.br](http://www.coutodemagalhaes.to.gov.br)>. Acesso em: 9 maio 2017.

CRISTALÂNDIA. Prefeitura Municipal. Cristalândia, 2017. Disponível em: <[www.cristalandia.to.gov.br](http://www.cristalandia.to.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2017.

CRIXÁS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Crixás do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.crixas.to.gov.br](http://www.crixas.to.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2017.

CRUZ, Cláudia Ferreira et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-76, jan./fev. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080>>. Acesso em: 20 maio 2016.

DARCINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Darcinópolis, 2017. Disponível em: <[www.darcinopolis.to.gov.br](http://www.darcinopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2017.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Dianópolis, 2017. Disponível em: <[www.dianopolis.to.gov.br](http://www.dianopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2017.

DÍAZ, Alain; PIETRO, Mabel. **Gestión del conocimiento gestión del talento**. Bogotá, 2011. Disponível em: <<http://www.gestipolis.com/administracion-estrategia-2/propuesta-indicadores-medicion-capital-intelectual.htm>>. Acesso em: 27 abril 2016.

DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Divinópolis do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.divinopolis.to.gov.br](http://www.divinopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.

DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Dois Irmãos do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.doisirmaos.to.gov.br](http://www.doisirmaos.to.gov.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.

DUERÉ. Prefeitura Municipal. Dueré, 2017. Disponível em: <[www.duere.to.gov.br](http://www.duere.to.gov.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.

DRUCKER, Peter. **Post-capitalist society**. New York: Routledge, 2011.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.

ESPERANTINA. Prefeitura Municipal. Esperantina, 2017. Disponível em: <[www.esperantina.to.gov.br](http://www.esperantina.to.gov.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.

FÁTIMA. Prefeitura Municipal. Fátima, 2017. Disponível em: <[www.fatima.to.gov.br](http://www.fatima.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**: da redação científica à apresentação do texto final. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

FIGUEIRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Figueirópolis, 2017. Disponível em: <[www.figueiropolis.to.gov.br](http://www.figueiropolis.to.gov.br)>. Acesso em: 12 maio 2017.

FILADÉLFIA. Prefeitura Municipal. Filadélfia, 2017. Disponível em: <[www.filadelfia.to.gov.br](http://www.filadelfia.to.gov.br)>. Acesso em: 12 maio 2017.

FORMOSO DO ARAGUAIA. Prefeitura Municipal. Formoso do Araguaia, 2017. Disponível em: <[www.formosodoaraguaia.to.gov.br](http://www.formosodoaraguaia.to.gov.br)>. Acesso em: 12 maio 2017.

FORTALEZA DO TABOCÃO. Prefeitura Municipal. Fortaleza do Tabocão, 2017. Disponível em: <[www.fortalezadotabocao.to.gov.br](http://www.fortalezadotabocao.to.gov.br)>. Acesso em: 12 maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIANORTE. Prefeitura Municipal. Goianorte, 2017. Disponível em: <[www.goianorte.to.gov.br](http://www.goianorte.to.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2017.

GOIATINS. Prefeitura Municipal. Goiatins, 2017. Disponível em: <[www.goiatins.to.gov.br](http://www.goiatins.to.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2017.

GU, Feng; LEV, Baruch. **Intangible assets**: measurement, drivers, usefulness. Boston: Ed. University School of Management Accounting, 2003. Disponível em: <[http://questromapps.bu.edu/qstnet/Personal/Faculty/Publication/pubUploads/Gu\\_Feng\\_05.pdf](http://questromapps.bu.edu/qstnet/Personal/Faculty/Publication/pubUploads/Gu_Feng_05.pdf)>. Acesso em: 21 abril 2016.

GUARAÍ. Prefeitura Municipal. Guaraí, 2017. Disponível em: <[www.guarai.to.gov.br](http://www.guarai.to.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2017.

GUEDES, Terezinha Aparecida; ACORSI, Clédina Regina Lonardan; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; Janeiro, Vanderly. **Estatística descritiva**: projeto de ensino aprender fazendo estatística. [2005]. Documento em PDF.

GURUPI. Prefeitura Municipal. Gurupi, 2017. Disponível em: <[www.gurupi.to.gov.br](http://www.gurupi.to.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2017.

HAIR JR. Joseph F.; BARBIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

ITACAJÁ. Prefeitura Municipal. Itacajá, 2017. Disponível em: <[www.itacaja.to.gov.br](http://www.itacaja.to.gov.br)>. Acesso em: 14 maio 2017.

ITAGUATINS. Prefeitura Municipal. Itaguatins, 2017. Disponível em: <[www.itaguatins.to.gov.br](http://www.itaguatins.to.gov.br)>. Acesso em: 14 maio 2017.

ITAPIRATINS. Prefeitura Municipal. Itapiratins, 2017. Disponível em: <[www.itapiratins.to.gov.br](http://www.itapiratins.to.gov.br)>. Acesso em: 14 maio 2017.

ITAPORÁ DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Itaporá do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.itapora.to.gov.br](http://www.itapora.to.gov.br)>. Acesso em: 14 maio 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

JAÚ DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Jaú do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.jau.to.gov.br](http://www.jau.to.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2017.

JURAINA. Prefeitura Municipal. Juraina, 2017. Disponível em: <[www.juarina.to.gov.br](http://www.juarina.to.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2017.

KRONBAUER, Clóvis Antônio; KRUGER, Gustavo Pires; OTT, Ernani; NASCIMENTO, Cléber José. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, p. 48-71, mai/ago. 2011. Documento em PDF.

LAGOA DA CONFUSÃO. Prefeitura Municipal. Lagoa da Confusão, 2017. Disponível em: <[www.lagoadaconfusao.to.gov.br](http://www.lagoadaconfusao.to.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2017.

LAGOA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Lagoa do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.lagoadotocantins.to.gov.br](http://www.lagoadotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 1 maio 2017.

LAJEADO. Prefeitura Municipal. Lajeado, 2017. Disponível em: <[www.lajeado.to.gov.br](http://www.lajeado.to.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2017.

LAVANDEIRA. Prefeitura Municipal. Lavandeira, 2017. Disponível em: <[www.lavandeira.to.gov.br](http://www.lavandeira.to.gov.br)>. Acesso em: 16 maio 2017.

LIZARDA. Prefeitura Municipal. Lizarda, 2017. Disponível em: <[www.lizarda.to.gov.br](http://www.lizarda.to.gov.br)>. Acesso em: 16 maio 2017.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet**. 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) -- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Documento em PDF.

LOCK, Robin H.; LOCK, Patti Frazer; MORGAN, Kari Lock; LOCK, Eric F.; LOCK, Dennis F. **Estatística: revelando o poder dos dados**. Tradução Ana Maria Lima de Farias, Vera Regina Lima de Farias e Flores. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. Livro eletrônico.

LUZINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Luzinópolis, 2017. Disponível em: <[www.luzinopolis.to.gov.br](http://www.luzinopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 16 maio 2017.

LYNN, Bernadette E. Intellectual capital: unearthing hidden value by managing intellectual assets. **Ivey Business Journal**, Toronto, v. 65, n. 2, p. 48-52, jan./feb. 2000. Documento em PDF.

MALAVSKI, Olivir Sebastião; LIMA, Edson Pinheiro de; COSTA, Sérgio Eduardo Gouvêa da. Modelo para a mensuração do capital intelectual: uma abordagem fundamentada em recursos. **Revista Produção**, Curitiba, v. 20, n. 3, p. 439-454, jul./set. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/AOP\\_200709097.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prod/v20n3/AOP_200709097.pdf)>. Acesso em: 22 abril 2016.

MALDONADO, Juan Rivas. Consideraciones para la medición del capital intelectual em el sector público, el caso de las universidades. **Unión de Universidades de América Latina y el Caribe – UDUAL**, México, n. 55, p. 56-67, enero/marzo 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/373/37331244011>>. Acesso em: 27 abril 2016.

MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Marianópolis do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.marianopolis.to.gov.br](http://www.marianopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 16 maio 2017.

MATEIROS. Prefeitura Municipal. Mateiros, 2017. Disponível em: <[www.mateiros.to.gov.br](http://www.mateiros.to.gov.br)>. Acesso em: 17 maio 2017.

MELLO, Sheyla Abreu de Brito; COHEN, Fabíola B. R. Farage; OLIVEIRA, Paula Patrícia de. **Avaliação de capital intelectual das páginas web das assembleias legislativas brasileiras**. [S.l.], 2003. Disponível em: <[www.almg.gov.br/educacao/sobre\\_escola/banco/capital\\_intelectual.pdf](http://www.almg.gov.br/educacao/sobre_escola/banco/capital_intelectual.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

MIRACEMA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Miracema do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.miracema.to.gov.br](http://www.miracema.to.gov.br)>. Acesso em: 17 maio 2017.

MIRANORTE. Prefeitura Municipal. Miranorte, 2017. Disponível em: <[www.miranorte.to.gov.br](http://www.miranorte.to.gov.br)>. Acesso em: 17 maio 2017.

MONTE DO CARMO. Prefeitura Municipal. Monte do Carmo, 2017. Disponível em: <[www.montedocarmo.to.gov.br](http://www.montedocarmo.to.gov.br)>. Acesso em: 17 maio 2017.

MONTE SANTO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Monte Santo do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.montesanto.to.gov.br](http://www.montesanto.to.gov.br)>. Acesso em: 18 maio 2017.

MURICILÂNDIA. Prefeitura Municipal. Muricilândia, 2017. Disponível em: <[www.muricilandia.to.gov.br](http://www.muricilandia.to.gov.br)>. Acesso em: 18 maio 2017.

NATIVIDADE. Prefeitura Municipal. Natividade, 2017. Disponível em: <[www.natividade.to.gov.br](http://www.natividade.to.gov.br)>. Acesso em: 18 maio 2017.

NAZARÉ. Prefeitura Municipal. Nazaré, 2017. Disponível em: <[www.nazare.to.gov.br](http://www.nazare.to.gov.br)>. Acesso em: 18 maio 2017.

NÖCKEL, Adam Willy. Capital humano: diferença competitiva. In: SITA, Mauricio (Coord.). **Capital intelectual a fórmula do sucesso**: grandes especialistas mostram como investir no desenvolvimento contínuo deste diferencial de sucesso. São Paulo: Ser Mais, 2013. p. 7-14.

NOSSA, Vacemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) -- Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/pt-br.php>>. Acesso em: 28 maio 2016.

NOVA OLINDA. Prefeitura Municipal. Nova Olinda, 2017. Disponível em: <[www.novaolinda.to.gov.br](http://www.novaolinda.to.gov.br)>. Acesso em: 19 maio 2017.

NOVA ROSALÂNDIA. Prefeitura Municipal. Nova Rosalândia, 2017. Disponível em: <[www.novarosalandia.to.gov.br](http://www.novarosalandia.to.gov.br)>. Acesso em: 19 maio 2017.

NOVO ACORDO. Prefeitura Municipal. Novo Acordo, 2017. Disponível em: <[www.novoacordo.to.gov.br](http://www.novoacordo.to.gov.br)>. Acesso em: 19 maio 2017.

NOVO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Novo Alegre, 2017. Disponível em: <[www.novoalegre.to.gov.br](http://www.novoalegre.to.gov.br)>. Acesso em: 19 maio 2017.

NOVO JARDIM. Prefeitura Municipal. Novo Jardim, 2017. Disponível em: <[www.novojardim.to.gov.br](http://www.novojardim.to.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2017.

NÚÑEZ, Israel; NÚÑEZ, Yini. Propuesta de clasificación de las herramientas - software para la gestión del conocimiento. **Revistas Médicas Cubanas**, Cuba, v. 13, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13\\_2\\_05/aci03\\_05.pdf](http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_2_05/aci03_05.pdf)>. Acesso em: 27 abril 2016.

OLIVEIRA DE FÁTIMA. Prefeitura Municipal. Oliveira de Fátima, 2017. Disponível em: <[www.oliveiradefatima.to.gov.br](http://www.oliveiradefatima.to.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2017.

OLIVEIRA, José Renato Sena; MARTINEZ, Antonio Lopo. A contabilidade e o hipertexto: um estudo sobre o uso de *web sites* como meio de disseminação científica contábil por instituições de ensino superior brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 97-108, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n43/a09v1843.pdf>>. Acesso em: 27 abril 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Faria de. Reconhecendo e potencializando o capital intelectual no setor público. **Revista de Administração do Cesusc**, n. 3, p. 23-37, jan/jun. 2008. Documento em PDF.

OTT, Ernani. **Teoria da contabilidade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis**: teoria e empiria. 2005. 184 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) -- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102356/211336.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 maio 2016.

PALMAS. Prefeitura Municipal. Palmas, 2017. Disponível em: <[www.palmas.to.gov.br](http://www.palmas.to.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2017.

PALMEIRANTE. Prefeitura Municipal. Palmeirante, 2017. Disponível em: <[www.palmeirante.to.gov.br](http://www.palmeirante.to.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2017.

PALMEIRAS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Palmeiras do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.palmeirasdotocantins.to.gov.br](http://www.palmeirasdotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2017.

PALMEIRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Palmeirópolis, 2017. Disponível em: <[www.palmeiropolis.to.gov.br](http://www.palmeiropolis.to.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2017.

PARAÍSO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Paraíso do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.paraíso.to.gov.br](http://www.paraíso.to.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2017.

PARANÃ. Prefeitura Municipal. Paranã, 2017. Disponível em: <[www.parana.to.gov.br](http://www.parana.to.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2017.

PAU D'ARCO. Prefeitura Municipal. Pau D'arco, 2017. Disponível em: <[www.paudarco.to.gov.br](http://www.paudarco.to.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2017.

PEDRO AFONSO. Prefeitura Municipal. Pedro Afonso, 2017. Disponível em: <[www.pedroafonso.to.gov.br](http://www.pedroafonso.to.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2017.

PEIXE. Prefeitura Municipal. Peixe, 2017. Disponível em: <[www.peixe.to.gov.br](http://www.peixe.to.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2017.

PEQUIZEIRO. Prefeitura Municipal. Pequizeiro, 2017. Disponível em: <[www.pequizeiro.to.gov.br](http://www.pequizeiro.to.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2017.

PINDORAMA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Pindorama do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.pindorama.to.gov.br](http://www.pindorama.to.gov.br)>. Acesso em: 23 maio 2017.

PINHO, José Antônio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, n. 42(3), p. 471-493, mai/jun. 2008. Documento em PDF.

PIRAQUÊ. Prefeitura Municipal. Piraquê, 2017. Disponível em: <[www.piraque.to.gov.br](http://www.piraque.to.gov.br)>. Acesso em: 23 maio 2017.

PIUM. Prefeitura Municipal. Pium, 2017. Disponível em: <[www.pium.to.gov.br](http://www.pium.to.gov.br)>. Acesso em: 23 maio 2017.

PONTE ALTA DO BOM JESUS. Prefeitura Municipal. Ponte Alta do Bom Jesus, 2017. Disponível em: <[www.pontealtadobomjesus.to.gov.br](http://www.pontealtadobomjesus.to.gov.br)>. Acesso em: 23 maio 2017.

PONTE ALTA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Ponte Alta do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.pontealtadotocantins.to.gov.br](http://www.pontealtadotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 24 maio 2017.

PORTAL TOCANTINS. Tocantins. **Perfil socioeconômico**. Palmas, TO, [2017?]. Disponível em: <<http://to.gov.br/invista-no-tocantins/perfil-socioeconomico/>>. Acesso em: 23 janeiro 2018.

PORTO ALEGRE DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Porto Alegre do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.portoalegre.to.gov.br](http://www.portoalegre.to.gov.br)>. Acesso em: 24 maio 2017.

PORTO NACIONAL. Prefeitura Municipal. Porto Nacional, 2017. Disponível em: <[www.portonacional.to.gov.br](http://www.portonacional.to.gov.br)>. Acesso em: 24 maio 2017.

PRADO, Otavio. **Governo eletrônico e transparência**: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) -- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2432/127608.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 maio 2016.

PRAIA NORTE. Prefeitura Municipal. Praia Norte, 2017. Disponível em: <[www.praianorte.to.gov.br](http://www.praianorte.to.gov.br)>. Acesso em: 24 maio 2017.

PRESIDENTE KENNEDY. Prefeitura Municipal. Presidente Kennedy, 2017. Disponível em: <[www.presidentekennedy.to.gov.br](http://www.presidentekennedy.to.gov.br)>. Acesso em: 25 maio 2017.

PUGMIL. Prefeitura Municipal. Pugmil, 2017. Disponível em: <[www.pugmil.to.gov.br](http://www.pugmil.to.gov.br)>. Acesso em: 25 maio 2017.

QUEIROZ, Alexandre Bossi. **El capital intelectual en el sector público**. 2003. 117 f. Tese (Doutorado) -- Faculdade de Ciências Económicas y Empresariales, Universidade de Zaragoza, Zaragoza, 2003. Documento em PDF.

QUINTEIRO, Carlos Eduardo. **Evidenciação de capital intelectual em bancos abertos no Brasil e na Espanha**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09112009-124741/pt-br.php>>. Acesso em: 28 maio 2016.

RECURSOLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Recursolândia, 2017. Disponível em: <[www.rekursolandia.to.gov.br](http://www.rekursolandia.to.gov.br)>. Acesso em: 25 maio 2017.

RIACHINHO. Prefeitura Municipal. Riachinho, 2017. Disponível em: <[www.riachinho.to.gov.br](http://www.riachinho.to.gov.br)>. Acesso em: 25 maio 2017.

RIO DA CONCEIÇÃO. Prefeitura Municipal. Rio da Conceição, 2017. Disponível em: <[www.riodaconceicao.to.gov.br](http://www.riodaconceicao.to.gov.br)>. Acesso em: 26 maio 2017.

RIO DOS BOIS. Prefeitura Municipal. Rio dos Bois, 2017. Disponível em: <[www.riodosbois.to.gov.br](http://www.riodosbois.to.gov.br)>. Acesso em: 26 maio 2017.

RIO SONO. Prefeitura Municipal. Rio Sono, 2017. Disponível em: <[www.riosono.to.gov.br](http://www.riosono.to.gov.br)>. Acesso em: 26 maio 2017.

SAMPAIO. Prefeitura Municipal. Sampaio, 2017. Disponível em: <[www.sampaio.to.gov.br](http://www.sampaio.to.gov.br)>. Acesso em: 26 maio 2017.

SANDOLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Sandolândia, 2017. Disponível em: <[www.sandolandia.to.gov.br](http://www.sandolandia.to.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTA FÉ DO ARAGUAIA. Prefeitura Municipal. Santa Fé do Araguaia, 2017. Disponível em: <[www.santafedoaraguaia.to.gov.br](http://www.santafedoaraguaia.to.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTA MARIA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Santa Maria do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.santamariadotocantins.to.gov.br](http://www.santamariadotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTANA JUNIOR, Jorge José Barros de; LIBONATI, Jeronymo José; VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro. **Modelos de investigação dos níveis de transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos governamentais**. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 19., 2009, São Paulo. São Paulo: USP, 2009. Documento em PDF.

SANTA RITA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Santa Rita do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.santarita.to.gov.br](http://www.santarita.to.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTA ROSA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Santa Rosa do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.santarosa.to.gov.br](http://www.santarosa.to.gov.br)>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTA TEREZA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Santa Tereza do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.santatereza.to.gov.br](http://www.santatereza.to.gov.br)>. Acesso em: 28 maio 2017.

SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Santa Terezinha do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.santaterezinha.to.gov.br](http://www.santaterezinha.to.gov.br)>. Acesso em: 28 maio 2017.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano**: estado, capitais e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2008, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2008. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t095.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SÃO BENTO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Bento do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saobentodotocantins.to.gov.br](http://www.saobentodotocantins.to.gov.br)>. Acesso em: 28 maio 2017.

SÃO FÉLIX DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Félix do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saofelix.to.gov.br](http://www.saofelix.to.gov.br)>. Acesso em: 28 maio 2017.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Miguel do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saomiguel.to.gov.br](http://www.saomiguel.to.gov.br)>. Acesso em: 28 maio 2017.

SÃO SALVADOR DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Salvador do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saosalvador.to.gov.br](http://www.saosalvador.to.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2017.

SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Sebastião do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saosebastiao.to.gov.br](http://www.saosebastiao.to.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2017.

SÃO VALÉRIO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. São Valério do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.saovalerio.to.gov.br](http://www.saovalerio.to.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2017.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luís dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHUH, Clari. **Evidenciação de capital intelectual nas páginas WEB de Prefeituras do Rio Grande do Sul**. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2009. Documento em PDF.

SILVA, Antonio Leite da. **Evidenciação de informações nas páginas web de prefeituras municipais mato-grossenses: uma análise de aderência à Lei de responsabilidade fiscal e à Lei de acesso a informação**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2013. Documento em PDF.

SILVANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Silvanópolis, 2017. Disponível em: <[www.silvanopolis.to.gov.br](http://www.silvanopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2017.

SILVA, Wesley Mendes da; MAGALHÃES FILHO, Paulo Azevedo de Oliveira. Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras da internet. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 2, art. 19, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n2/v4n2a04.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SITIO NOVO DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Sitio Novo do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.sitionovo.to.gov.br](http://www.sitionovo.to.gov.br)>. Acesso em: 29 maio 2017.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Tradução Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações**: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Tradução Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SUCUPIRA. Prefeitura Municipal. Sucupira, 2017. Disponível em: <[www.sucupira.to.gov.br](http://www.sucupira.to.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2017.

TAGUATINGA. Prefeitura Municipal. Taguatinga, 2017. Disponível em: <[www.taguatinga.to.gov.br](http://www.taguatinga.to.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2017.

TAIPAS DO TOCANTINS. Prefeitura Municipal. Taipas do Tocantins, 2017. Disponível em: <[www.taipas.to.gov.br](http://www.taipas.to.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2017.

TALISMÃ. Prefeitura Municipal. Talismã, 2017. Disponível em: <[www.talisma.to.gov.br](http://www.talisma.to.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2017.

TESORO, José Luis; ARAMBARRI, Alejandro; GONZALEZ CAO, Rodrigo. **Gobierno electrónico**: factores asociados a sudesempeño. Hallazgos emergentes de un análisis exploratorio de experiencias nacionales. [S.l.]: Instituto Nacional de la Administración Pública, sept. 2002. Disponível em: <<http://www.sgp.gov.ar/contenidos/inap/publicaciones/docs/estado/gobel.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

TOCANTINIA. Prefeitura Municipal. Tocantinia, 2017. Disponível em: <[www.tocantinia.to.gov.br](http://www.tocantinia.to.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2017.

TOCANTINÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Tocantinópolis, 2017. Disponível em: <[www.tocantinopolis.to.gov.br](http://www.tocantinopolis.to.gov.br)>. Acesso em: 31 maio 2017.

TRACY, John A. **MBA compacto finanças**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TUPIRAMA. Prefeitura Municipal. Tupirama, 2017. Disponível em: <[www.tupirama.to.gov.br](http://www.tupirama.to.gov.br)>. Acesso em: 31 maio 2017.

TUPIRATINS. Prefeitura Municipal. Tupiratins, 2017. Disponível em: <[www.tupiratins.to.gov.br](http://www.tupiratins.to.gov.br)>. Acesso em: 31 maio 2017.

VIEDMA, José María. **La gestión del conocimiento y del capital intelectual**. [S.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.jmviedma.com/home/esp%C3%B1ol/publicaciones/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

WANDERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Wanderlândia, 2017. Disponível em: <[www.wanderlandia.to.gov.br](http://www.wanderlandia.to.gov.br)>. Acesso em: 31 maio 2017.

XAMBIOÁ. Prefeitura Municipal. Xambioá, 2017. Disponível em: <[www.xambioa.to.gov.br](http://www.xambioa.to.gov.br)>. Acesso em: 31 maio 2017.

YÁÑEZ, Teresita del Niño Jesús Arenas. **Diseño de um método para diagnosticar el capital intelectual de uma região**: aplicación a la región de valparaíso-chile. 2012. 450 f. Tesi (Doctoral) -- Universitat de Barcelona, Barcelona, 2012. Documento em PDF.

**APÊNDICE A - EVIDENCIAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL PELOS  
MUNICÍPIOS**

(continua)

Nº	Município	Evidenciação		Total	Proporção Evidenciação
		Não	Sim		
1	Abreulândia	25	23	48	0,4792
2	Aguiarnópolis	22	26	48	0,5417
3	Aliança do Tocantins	32	16	48	0,3333
4	Almas	23	25	48	0,5208
5	Alvorada	38	10	48	0,2083
6	Ananás	34	14	48	0,2917
7	Angico	43	5	48	0,1042
8	Aparecida do Rio Negro	18	30	48	0,6250
9	Aragominas	32	16	48	0,3333
10	Araguacema	34	14	48	0,2917
11	Araguaçu	38	10	48	0,2083
12	Araguaína	35	13	48	0,2708
13	Araguanã	28	20	48	0,4167
14	Araguatins	44	4	48	0,0833
15	Arraias	41	7	48	0,1458
16	Augustinópolis	31	17	48	0,3542
17	Babaçulândia	41	7	48	0,1458
18	Bandeirantes do Tocantins	25	23	48	0,4792
19	Barra do Ouro	37	11	48	0,2292
20	Barrolândia	31	17	48	0,3542
21	Bernardo Sayão	33	15	48	0,3125
22	Bom Jesus do Tocantins	27	21	48	0,4375
23	Brasilândia do Tocantins	32	16	48	0,3333
24	Brejinho de Nazaré	29	19	48	0,3958
25	Buriti do Tocantins	38	10	48	0,2083
26	Cachoeirinha	37	11	48	0,2292
27	Campos Lindos	38	10	48	0,2083
28	Cariri do Tocantins	30	18	48	0,3750
29	Carmolândia	37	11	48	0,2292
30	Carrasco Bonito	43	5	48	0,1042
31	Centenário	29	19	48	0,3958
32	Chapada da Natividade	33	15	48	0,3125
33	Chapada de Areia	39	9	48	0,1875
34	Colméia	34	14	48	0,2917
35	Combinado	40	8	48	0,1667
36	Conceição do Tocantins	38	10	48	0,2083
37	Couto de Magalhães	26	22	48	0,4583
38	Cristalândia	36	12	48	0,2500

(continuação)

Nº	Município	Evidenciação		Total	Proporção Evidenciação
		Não	Sim		
39	Crixás do Tocantins	42	6	48	0,1250
40	Darcinópolis	24	24	48	0,5000
41	Dianópolis	31	17	48	0,3542
42	Divinópolis do Tocantins	31	17	48	0,3542
43	Dois Irmãos do Tocantins	35	13	48	0,2708
44	Dueré	41	7	48	0,1458
45	Esperantina	37	11	48	0,2292
46	Fátima	32	16	48	0,3333
47	Figueirópolis	30	18	48	0,3750
48	Filadélfia	32	16	48	0,3333
49	Formoso do Araguaia	36	12	48	0,2500
50	Fortaleza do Tabocão	41	7	48	0,1458
51	Goianorte	33	15	48	0,3125
52	Goiatins	39	9	48	0,1875
53	Guaraí	24	24	48	0,5000
54	Gurupi	9	39	48	0,8125
55	Itacajá	30	18	48	0,3750
56	Itaguatins	39	9	48	0,1875
57	Itapiratins	23	25	48	0,5208
58	Itaporã do Tocantins	31	17	48	0,3542
59	Jaú do Tocantins	30	18	48	0,3750
60	Juarina	31	17	48	0,3542
61	Lagoa da Confusão	25	23	48	0,4792
62	Lagoa do Tocantins	32	16	48	0,3333
63	Lajeado	27	21	48	0,4375
64	Lavandeira	39	9	48	0,1875
65	Lizarda	28	20	48	0,4167
66	Luzinópolis	31	17	48	0,3542
67	Marianópolis do Tocantins	29	19	48	0,3958
68	Mateiros	37	11	48	0,2292
69	Miracema do Tocantins	23	25	48	0,5208
70	Miranorte	33	15	48	0,3125
71	Monte do Carmo	21	27	48	0,5625
72	Monte Santo do Tocantins	40	8	48	0,1667
73	Muricilândia	39	9	48	0,1875
74	Natividade	38	10	48	0,2083
75	Nazaré	37	11	48	0,2292
76	Nova Olinda	19	29	48	0,6042
77	Nova Rosalândia	18	30	48	0,6250
78	Novo Acordo	31	17	48	0,3542
79	Novo Alegre	44	4	48	0,0833
80	Novo Jardim	30	18	48	0,3750
81	Oliveira de Fátima	29	19	48	0,3958

(continuação)

Nº	Município	Evidenciação		Total	Proporção Evidenciação
		Não	Sim		
82	Palmas	12	36	48	0,7500
83	Palmeirante	39	9	48	0,1875
84	Palmeiras do Tocantins	24	24	48	0,5000
85	Palmeirópolis	32	16	48	0,3333
86	Paraíso do Tocantins	20	28	48	0,5833
87	Paraná	33	15	48	0,3125
88	Pau d'Arco	38	10	48	0,2083
89	Pedro Afonso	31	17	48	0,3542
90	Peixe	30	18	48	0,3750
91	Pequizeiro	29	19	48	0,3958
92	Pindorama do Tocantins	27	21	48	0,4375
93	Piraquê	40	8	48	0,1667
94	Pium	33	15	48	0,3125
95	Ponte Alta do Bom Jesus	42	6	48	0,1250
96	Ponte Alta do Tocantins	34	14	48	0,2917
97	Porto Alegre do Tocantins	47	1	48	0,0208
98	Porto Nacional	23	25	48	0,5208
99	Praia Norte	45	3	48	0,0625
100	Presidente Kennedy	21	27	48	0,5625
101	Pugmil	25	23	48	0,4792
102	Recursolândia	38	10	48	0,2083
103	Riachinho	39	9	48	0,1875
104	Rio da Conceição	39	9	48	0,1875
105	Rio dos Bois	36	12	48	0,2500
106	Rio Sono	44	4	48	0,0833
107	Sampaio	37	11	48	0,2292
108	Sandolândia	44	4	48	0,0833
109	Santa Fé do Araguaia	36	12	48	0,2500
110	Santa Maria do Tocantins	40	8	48	0,1667
111	Santa Rita do Tocantins	40	8	48	0,1667
112	Santa Rosa do Tocantins	17	31	48	0,6458
113	Santa Tereza do Tocantins	35	13	48	0,2708
114	Santa Terezinha do Tocantins	21	27	48	0,5625
115	São Bento do Tocantins	41	7	48	0,1458
116	São Félix do Tocantins	43	5	48	0,1042
117	São Miguel do Tocantins	33	15	48	0,3125
118	São Salvador do Tocantins	38	10	48	0,2083
119	São Sebastião do Tocantins	40	8	48	0,1667
120	São Valério do Tocantins	32	16	48	0,3333
121	Silvanópolis	35	13	48	0,2708
122	Sítio Novo do Tocantins	43	5	48	0,1042
123	Sucupira	24	24	48	0,5000
124	Taguatinga	32	16	48	0,3333

(conclusão)

Nº	Município	Evidenciação		Total	Proporção Evidenciação
		Não	Sim		
125	Taipas do Tocantins	45	3	48	0,0625
126	Talismã	37	11	48	0,2292
127	Tocantínia	35	13	48	0,2708
128	Tocantinópolis	40	8	48	0,1667
129	Tupirama	41	7	48	0,1458
130	Tupiratins	24	24	48	0,5000
131	Wanderlândia	38	10	48	0,2083
132	Xambioá	39	9	48	0,1875
<b>Total</b>		<b>4.373</b>	<b>1.963</b>	<b>6.336</b>	

Fonte: Elaborada pela autora.